



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
SEGURANÇA SOCIAL**

ROSÂNGELA ADORNO CARNEIRO

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL:
UMA INTERFACE NECESSÁRIA PARA O APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS**

**Cruz das Almas - Bahia.
2015**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
SEGURANÇA SOCIAL - PPGPPSS

ROSÂNGELA ADORNO CARNEIRO

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL:
UMA INTERFACE NECESSÁRIA PARA O APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social, Curso de Mestrado Profissional, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Gestão de Políticas Públicas.

Orientadora:
Professora Dra. Maria Inês Caetano Ferreira

Cruz das Almas - Bahia.
2015

Ficha Catalográfica
Elaborada por: Deivisson Lopes Pimentel
Bibliotecário CRB: 5/1562

C289p

Carneiro, Rosângela Adorno

A política de assistência social e a vigilância socioassistencial: uma interface necessária para o aprimoramento dos serviços. / Rosângela Adorno Carneiro. – Cruz das Almas, 2015.
75f.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Maria Inês Caetano Ferreira

Dissertação (Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social - Curso de mestrado profissional)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB - Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, 2015.

1. Política de assistência social 2. Gestão 3. Vigilância socioassistencial 4. Informação I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB II. Título.

CDU: 364.4

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
SEGURANÇA SOCIAL - PPGPPSS

COMISSÃO EXAMINADORA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE ROSÂNGELA
ADORNO CARNEIRO

Prof.^a Dr.^a. Maria Inês Caetano Ferreira
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB (Orientadora)

Prof.^o. Dr.^o. Jorge Antonio Santos Silva
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB (Professor do PPGPPSS)
)

Prof.^a. Dr.^a. Heleni de Ávila
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/CAHL (Professora Convidada)

Dissertação homologada pelo Colegiado do Curso de Mestrado Profissional em
Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social em.....,
conferindo o Grau de Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social em
.....

Esta dissertação é fruto de um sonho realizado que dedico a meu irmão Romulo, com quem tive o privilégio de conviver durante os anos que Deus nos concedeu (em memória).

Pedras no caminho? Guarde todas;
um dia construirá um castelo.
Fernando Pessoa

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus a oportunidade de realizar este sonho, Ele sabe que não foi um caminho fácil de ser percorrido.

Aos meus pais, que guiaram a minha existência no sentido de trilhar o caminho do bem, da ética, esta conquista também é de vocês!

A Herbert, meu amor, sempre presente nos momentos de alegrias e de dificuldades, agradeço pelo suporte dado que foi fundamental para que eu pudesse finalizar mais este sonho.

Às minhas filhotas queridas, Thaís e Beatriz é pelo bem estar de vocês que eu luto. Obrigada por existirem, minhas lindas!

À Inês Ferreira, minha orientadora, o meu especial agradecimento pelo apoio, compreensão e confiança demonstrados no decorrer deste processo.

Agradeço a Eliana, minha amiga de todas as horas, os puxões de orelha, o apoio e a dedicação em ler e opinar sobre a produção deste trabalho. Fico feliz em contar com esta amizade que foi se solidificando no decorrer de nossas vivências.

A Alfredo, o meu muito obrigada pela disponibilidade nas revisões de conteúdo e discussões para aprimoramento deste trabalho. Suas opiniões foram fundamentais para que eu tivesse a tranquilidade necessária para concluir este processo.

Agradeço a Marcelo Alves as sugestões dadas no momento inicial deste trabalho.

À querida amiga Heleni de Ávila, a minha gratidão pelas preciosas contribuições que enriqueceram esta dissertação.

Às amigas de estrada e mestrado, que compartilharam comigo as dores e delicias deste momento ímpar nas nossas vidas, Marcele, Isabel, Daniela e Vanessa, com vocês o processo foi mais divertido de ser vivido! Isabel, a arca de Noé saiu das nossas costas, amiga!

A todos os professores do mestrado pelos ensinamentos.

À Ildes Ferreira e Carlos Lacerda da SEDESO, o meu reconhecimento pela presteza com que responderam às minhas solicitações durante a pesquisa.

Expresso os meus agradecimentos à banca examinadora pela gentileza em aceitar o convite.

Enfim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para fazer deste percurso um processo menos angustiante!

RESUMO

Este estudo tratou de evidenciar a relação intrínseca entre a Política de Assistência Social e a área da Vigilância Socioassistencial, tendo em vista que esta área é responsável pela produção de informações e indicadores sociais, que subsidiam a oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais desenvolvidos. Salieta-se que para que esta Política responda efetivamente às demandas da população, é necessário que o trabalho desta equipe seja potencializado. Neste sentido, com este estudo, buscou-se responder se as informações produzidas pela equipe da Vigilância Socioassistencial em Feira de Santana, são capazes de subsidiar a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O objetivo geral elencado foi: analisar se as informações produzidas pela Vigilância Socioassistencial vem possibilitando o aprimoramento do modelo de gestão consolidado pela Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS 2012, promovendo assim a efetivação da Política de Assistência Social. Como objetivos específicos: a) Identificar como são produzidas as informações pelas equipes da Vigilância Socioassistencial, do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS); e, b) Refletir se as informações produzidas por essas equipes vêm possibilitando à gestão do SUAS em Feira de Santana o conhecimento da realidade municipal de forma territorializada. O estudo foi de natureza qualitativa, com características exploratórias, e teve como campo empírico a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDESO), localizada no município de Feira de Santana, Bahia. Os dados foram analisados pela técnica denominada análise de conteúdo, sendo que os resultados apontam para uma fragilidade nas informações produzidas pelas equipes da Vigilância Socioassistencial e dos CRAS e CREAS, que tem ênfase nos aspectos quantitativos, sem a devida sistematização e análise que permitam que a informação subsidie a tomada de decisão da Gestão. Com base nos resultados, pode-se afirmar que a Gestão da Política de Assistência em Feira de Santana ainda tem muito a percorrer no que tange à área da Vigilância Socioassistencial, tendo em vista que com base nos resultados não foi possível identificar as demandas e propor serviços, bem como mensurar a sua qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Política de Assistência Social, Gestão, Vigilância Socioassistencial, Informação.

ABSTRACT

This study sought to highlight the intrinsic relationship between the Social Assistance Policy and the area of social assistance surveillance, considering that this area is responsible for the production of information and social indicators, which subsidize the provision of services, programs, projects and social assistance benefits developed. Please note that in order for this policy to respond effectively to the demands of the population, it is necessary that the work of this team will be enhanced. In this sense, with this study, we sought to answer whether the information produced by the team of social assistance surveillance in Feira de Santana, are able to subsidize the provision of services, programs, projects and benefits within the Unified Social Assistance System (USAS). The overall goal was part listed: consider whether the information produced by social assistance surveillance has enabled the improvement of the consolidated management model by Basic Operational Norm of USAS - BON/USAS, 2012, thereby promoting the effectiveness of the Social Assistance Policy. Specific objectives: a) Identify how the information is produced by teams of social assistance surveillance, Reference Center for Social Assistance (RCSA) and the Specialized Reference Center for Social Assistance (SRCSA); and, b) To reflect that the information produced by these teams have enabled the USAS management in Feira de Santana knowledge of municipal reality territorilizada way. The study was qualitative, with exploratory characteristics, and had as empirical field the Municipal Social Development (MSD), located in the city of Feira de Santana, Bahia. Data were analyzed by the technique called content analysis, and the results point to a weakness in the information produced by teams of social assistance surveillance and RCSA and SRCSA, which has an emphasis on quantitative aspects, without proper systematization and analysis for the Information subsidize the taking of management decision. Based on the results, it can be stated that the Management Assistance Policy in Feira de Santana still has far to go when it comes to the area of social assistance surveillance, considering that based on the results was not possible to identify the demands and propose services as well as measure their quality.

KEYWORDS: Social Assistance Policy, Management, Social Assistance Surveillance, Information.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Mapa da Bahia com destaque para Feira de Santana.	37
FIGURA 2: Vigilância Socioassistencial e sua relação com a informação, demanda e oferta.	41

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Descrição dos Serviços de Proteção Social	22
QUADRO 2: Marco normativo da Vigilância Socioassistencial	30
QUADRO 3: Alguns aplicativos que integram a REDE SUAS	35
QUADRO 4: Atividades desenvolvidas pela Divisão de Monitoramento, Avaliação e informação	45
QUADRO 5: Atividades desenvolvidas pela Divisão de Monitoramento, Avaliação e informação	48
QUADRO 6: CRAS A	52
QUADRO 7: CRAS B	54
QUADRO 8: CRAS C	55
QUADRO 9: CRAS D	57
QUADRO 10: CRAS E	58
QUADRO 11: CREAS F	62
QUADRO 12: CREAS G	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC: Benefício de Prestação Continuada

CADSUAS: Cadastro do Sistema Único de Assistência Social

CADÚNICO: Cadastro Único

CNAS: Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS: Centro de Referência de Assistência Social

CREAS: Centro Especializado de Assistência Social

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social

MDS: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NOB-RH/SUAS: Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social

NOB/SUAS: Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

PAEFI: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PETI: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PBF: Programa Bolsa Família

PNAS: Política Nacional de Assistência Social

PNEP/SUAS: Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social

PSB: Proteção Social Básica

PSE: Proteção Social Especial

RMA: Registro Mensal de Atendimento

SCFV: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SEDESO: Secretaria de Desenvolvimento Social

SUAS: Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	A PROTEÇÃO SOCIAL	19
2.1	BREVE PANORAMA DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL	19
2.2	A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL COMO DIREITO DE CIDADANIA: AVANÇOS NORMATIVOS NO ÂMBITO DA GESTÃO DO SUAS	22
2.3	MARCO NORMATIVO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL	29
2.3.1	A Informação e suas contribuições para o aprimoramento da gestão da Política de Assistência Social	33
3	A PESQUISA DE CAMPO	36
3.1	PERCURSO METODOLÓGICO	36
3.1.1	Tipo e natureza do estudo	36
3.1.2	Lócus da pesquisa	36
3.1.3	Fases da pesquisa	38
3.1.4	Coleta de dados	38
3.1.5	Técnica de análise de dados	39
3.1.6	Aspectos éticos	39
3.2	ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	40
3.2.1	A Vigilância Socioassistencial e suas contribuições para o aprimoramento da Assistência Social no âmbito do SUAS	40
3.2.2	A Vigilância Socioassistencial em Feira de Santana - Bahia	43
3.2.3	A produção de informações realizada pelas equipes vinculadas a Proteção Social Básica (CRAS) e Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS)	50
3.2.3.1	Análise das informações produzidas pelas equipes dos CRAS	51
3.2.3.2	Análise das informações produzidas pelas equipes dos CREAS	61
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
	REFERÊNCIAS	69
	APÊNDICE	75

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas dentro dos diversos setores numa sociedade vêm somar, provocar mudanças e garantir, mesmo que vagarosamente, melhores condições de vida e principalmente a abertura para o que pode ser feito para uma maior integração dos indivíduos. Nesta direção, as políticas públicas são meios utilizados pela gestão na manutenção de garantias mínimas para diversos setores de uma sociedade. É através delas que se desenvolvem todos os aparatos legais para transmissão de recursos que possibilitem as garantias, ainda que ínfimas, para a população.

Segundo Saravia (2006), as políticas públicas são organizadas a partir de um determinado problema que impacta sobre a sociedade. Para cumprir esta finalidade, implica na realização de um diagnóstico de maneira a que se tenha uma exatidão das demandas da sociedade, sua origem e contextualização. Uma vez identificados os diversos problemas sociais, considerando o cenário econômico, político e social, são formuladas políticas específicas para cada questão, sendo criados mecanismos legais e de controle.

As primeiras intervenções do Estado relativas a medidas que propiciassem uma redução aos impactos causados pelo capitalismo na classe trabalhadora ocorreram na Europa, no Século XIX, e foram ocasionadas por pressões recorrentes vindas da sociedade. Na Europa, no decorrer do Século XIX, houve um agravamento das expressões da questão social, com problemas de acesso a emprego com desdobramentos de âmbito econômico e social, que passaram a ter um significado político, quando cresce o movimento operário. Este crescimento ocorreu tendo em razão da exploração exacerbada da classe trabalhadora pelo capital, o que originou manifestações em prol de melhores condições de trabalho e de remuneração.

Para responder minimamente a estas demandas, o Estado teve que intervir iniciando este processo com a criação e regulamentação de leis que apoiassem a classe trabalhadora e partes setoriais ligadas aos setores produtivos da sociedade.

No Brasil a conquista por direitos civis não foi muito diferente. A luta pela redemocratização do país foi intensa na década de 1980, com a ampla participação de vários segmentos da sociedade, dentre estes, os Movimentos sociais, Sindicatos, Igreja e demais Organizações. Esta luta culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), importante marco na afirmação de diversos e amplos direitos políticos e sociais destinados à população brasileira. Dentre estes,

como expresso no artigo Nº 194, inclui-se a Assistência Social - objeto de investigação desta pesquisa - no campo da Seguridade Social, junto à Saúde e à Previdência Social.

Esta dissertação aborda sobre a Gestão da Política Pública de Assistência Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município de Feira de Santana, Bahia, executada através da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDESO). O estudo tratou de evidenciar a relação intrínseca desta política com a geração e disponibilidade de informações sobre a operacionalização do sistema.

Na Política de Assistência Social, a Vigilância Socioassistencial é a área responsável pela produção de informações quantitativas/qualitativas e indicadores sociais, que subsidiem a oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais desenvolvidos. Defende-se que, para que esta política responda efetivamente às demandas da população, ampliando o acesso a direitos sociais e promovendo uma melhoria na qualidade de vida, é necessário que o trabalho da equipe da Vigilância Socioassistencial seja potencializado.

O presente estudo busca responder à seguinte questão: As informações produzidas pela Vigilância Socioassistencial, equipes do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) são capazes de subsidiar a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito do SUAS, no município de Feira de Santana, Bahia?

Trabalha-se aqui com o pressuposto de que as informações produzidas pelas equipes vêm possibilitando à gestão do SUAS em Feira de Santana o conhecimento da realidade municipal de forma territorializada, de modo a subsidiar a qualificação da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios no que tange a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial.

De modo a responder à questão norteadora desta dissertação, elegeu-se como objetivo geral: Analisar se as informações produzidas pela Vigilância Socioassistencial, em de Feira de Santana, Bahia vem possibilitando o aprimoramento do modelo de gestão consolidado pela Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS (BRASIL, 2012), promovendo assim a efetivação da Política de Assistência Social. São objetivos específicos desta pesquisa:

- a) Identificar como são produzidas as informações pelas equipes da Vigilância Socioassistencial, do CRAS e do CREAS;
- b) Refletir sobre as informações produzidas pelas equipes da Vigilância

Socioassistencial, CRAS e CREAS e suas contribuições à gestão do SUAS em Feira de Santana.

Salienta-se que a ideia aqui defendida visa demonstrar a importância da Vigilância Socioassistencial na produção e sistematização de informações territorializadas sobre as situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos.

Neste sentido, é primordial que as decisões a serem tomadas na esfera municipal da Gestão da Política de Assistência Social tenham como base informações confiáveis que possibilitem uma visão clara do quadro geral dos processos em desenvolvimento, com informações qualitativas que possam auxiliar o aprimoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais desenvolvidos.

Ressalta-se que a Política de Assistência Social, articulada a outras políticas públicas setoriais, visa assegurar aos cidadãos que se encontram em situação de risco decorrente da extrema desigualdade vivenciada no Brasil, a garantia do acesso a bens e serviços sociais previstos no campo da segurança social (YAZBEK, 2003).

Assim, justificou-se o estudo desta temática tendo em vista que a operacionalização das políticas públicas, aqui evidenciada a Assistência Social, deve se pautar pelo uso de ferramentas que possibilitem o levantamento de informações quantitativas e qualitativas. E estas devem ser devidamente analisadas, para que se traduzam em elementos de suporte e fortalecimento de sua gestão e, por conseguinte, na efetividade das ações/trabalho desenvolvido pela equipes referenciadas, ao retornar as respostas necessárias frente as demandas da sociedade.

O modelo de Política de Assistência Social é ainda muito recente no Brasil, tendo em vista que a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (BRASIL, 1993), materializou o conteúdo dos artigos nº 203 e 204 da Constituição Federal de 1988. Em 2004 é que foi delineada através da Política Nacional de Assistência Social e normatizada no ano seguinte pela NOB/SUAS (BRASIL, 2005), Resolução nº 130. Contudo, somente em 2011, através da Lei de nº 12.435 (BRASIL, 2011d) é que o SUAS, se estabeleceu legalmente.

Destaca-se aqui, como um marco importante neste estudo, a revisão da NOB/SUAS (BRASIL, 2013c) concretizada através da Resolução nº 33, de 12 dezembro de 2012, tendo em vista que esta normativa contempla as atualizações legais relativas à política de Assistência Social ocorridas nos últimos anos, reiterando a importância da Vigilância Social.

Para discorrer sobre o tema proposto, após esta introdução, a dissertação estrutura-se em mais quatro capítulos. No segundo, situa-se historicamente o surgimento da necessidade de intervenção do Estado nas consequências provocadas pelo processo de exploração do trabalho pelo capital, destacando a sua implantação no Brasil, em especial, o desenvolvimento da Política de Assistência Social enquanto direito da sociedade, o qual passou a ser assegurado a partir da Constituição Federal de 1988.

Logo em seguida, evidencia-se os mais recentes avanços legislativos e normativos estabelecidos nos últimos anos, no que tange a Gestão da Política de Assistência Social no âmbito do SUAS, com destaque nas informações sobre a implementação da Vigilância Socioassistencial e sobre o reconhecimento da sua importância para a Gestão no âmbito da identificação das demandas postas pela população usuária dos seus serviços, bem como o controle sobre a qualidade da sua oferta.

O terceiro capítulo versa sobre a pesquisa de campo, iniciando com a descrição do percurso metodológico realizado para dar conta de um estudo tão específico e ainda tão pouco explorado. Neste sentido, este estudo de caso, de natureza qualitativa, com características exploratórias teve como campo empírico a SEDESO, localizada no município de Feira de Santana, Bahia, à Avenida Getúlio Vargas, 3.417, bairro Santa Mônica. É importante ressaltar que os dados foram analisados pela técnica denominada análise de conteúdo.

Para o alcance dos objetivos propostos, este trabalho dividiu-se em três fases:

- a) Levantamento bibliográfico: leitura e sistematização de livros, artigos, dissertações publicados no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); publicações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) disponibilizadas no site em meio eletrônico; Normativas diretamente associadas à Política de Assistência Social acessadas em meio eletrônico no site do MDS.
- b) Coleta de informações a partir de fonte secundária - Relatório Anual de Gestão, exercício de 2013 (SEDESO, 2013) - de modo a conhecer o desenvolvimento da implantação da Vigilância Socioassistencial na SEDESO, bem como identificar como são produzidas as informações utilizadas pela gestão para tomar decisões relacionadas à Política de Assistência Social;

c) Sistematização das informações contidas no Relatório Anual de Gestão no exercício de 2013 referentes à Vigilância Socioassistencial, de cinco Unidades Operacionais da Proteção Social Básica - CRAS e de duas Unidades Operacionais da Proteção Social Especial de Média Complexidade – CREAS.

Na análise de resultados, intitulada A Vigilância Socioassistencial na SEDESO, situa-se o lócus onde a pesquisa foi desenvolvida, bem como procura-se identificar se as informações produzidas pela Vigilância Socioassistencial, equipes do CRAS e CREAS têm contribuído para o aprimoramento da oferta da Política de Assistência Social no âmbito da Gestão Municipal do SUAS.

Por fim, nas Considerações Finais se apresentada os resultados do processo investigativo, evidenciando a importância da produção qualificada de informações para o acompanhamento da Política de Assistência Social, e, por conseguinte para o aprimoramento da Gestão do SUAS, visando à oferta de serviços, programas, projetos e benefícios mais qualificados à sociedade.

Enfim, compreende-se que o tema pesquisado é relevante para a comunidade científica, profissional e técnica, por promover um conhecimento que poderá contribuir para o aprimoramento da política pública de Assistência Social, o que poderá se traduz em melhorias na sua execução.

Salienta-se que, desde a reformulação da estrutura organizacional da SEDESO em 2011, quando foi criada a Divisão de Monitoramento, Informação e Avaliação, a pesquisadora, que é servidora no quadro efetivo daquela Instituição desde 2009, já manifestava interesse em investigar como são produzidas as informações que subsidiam a oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito municipal.

Nos resultados apresentados identifica-se algumas fragilidades que comprometem a tomada de decisão em relação ao aprimoramento da Política Municipal de Assistência Social, tendo em vista que as informações expostas pelas equipes não possuem o detalhamento e análise necessários que permitam o conhecimento territorializado das demandas da população que se encontra em situação de vulnerabilidade e risco social. Além disso, constatou-se que as informações trazidas pelas equipes dos CRAS e CREAS não evidenciam a qualidade dos serviços ofertados nessas proteções.

Considerou-se, portanto, que a produção qualificada de informações e sua posterior análise, são elementos essenciais para o processo de acompanhamento da

Política de Assistência Social e, por conseguinte, para o aprimoramento da Gestão, tendo em vista que possibilitará uma resposta mais qualificada às demandas da sociedade.

2 A PROTEÇÃO SOCIAL

Pensar em abordar o aprimoramento da gestão da Política de Assistência Social no Brasil exige entender o conceito de proteção social e situar a necessidade do Estado em intervir na realidade social, econômica e política dos seus cidadãos. Para tanto, faz-se necessário um breve resgate histórico desta intervenção em resposta às consequências provocadas pelo processo de exploração do trabalho pelo capital.

Nesta perspectiva, este capítulo situou historicamente o surgimento do sistema de proteção social como forma de intervenção do Estado e sua implantação no Brasil, destacando, em especial, o desenvolvimento da política de Assistência Social enquanto direito da sociedade, o qual passou a ser assegurado a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

2.1 BREVE PANORAMA DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

No final do Século XIX, com a expansão do capitalismo em sua fase monopolista, surgiu a necessidade de intervir nas consequências provocadas pelo processo de aprofundamento da exploração do trabalho pelo capital. A necessidade de proteção social surgiu quando a sociedade percebeu que este é o caminho para tentar solucionar seus problemas de ordens sociais e morais.

Neste sentido, as relações sociais na sociedade moderna estiveram centradas na lógica da produção capitalista, no qual a sociedade é moldada por valores. Para uma primeira análise nessa direção, chama-se atenção para o fato da economia liberal abrigar tendências contraditórias com relação à inclusão e aos direitos sociais, tendo em vista que, dentre os seus princípios está o defesa da liberdade política e econômica, com mínima interferência do Estado nestes campos.

Em cada período histórico e em espaços determinados, coexistem vários modos de produção, um dos quais é dominante. Vale salientar que Marx e Durkheim definem de modo distinto o conceito de sociedade, sendo considerada a constituição da sociedade em diversos aspectos da vida dos indivíduos que a compõem. Durkheim (2004), em seus estudos, defendeu que desde que nasce o homem é submetido a seguir as regras da sociedade na qual se insere - os chamados fatos sociais. Ou seja,

o homem desde seu nascimento aprende a seguir as regras da sociedade, estas exteriores ao mesmo e, caso não as siga será punido pela sociedade.

Marx (2004) compreendeu a sociedade como constituída por classes sociais distintas, compostas por quem detém os meios de produção (burguesia) e os que vivem da venda de sua força de trabalho (proletariado). Assim, na sociedade capitalista existe a valorização do acúmulo de bens materiais em detrimento do bem-estar coletivo. Salienta-se que, entretanto, o aparecimento de novos modos de produção não conduz ao desaparecimento automático dos anteriores

Segundo Castells (2000), foi surgindo uma coexistência de estruturas e de interação entre as anteriores e as novas sociedades que se encontram em níveis de desenvolvimento de forças produtivas diferentes. Somente mais tarde, a partir da segunda metade do século XIX, início do século XX, é que surge, inicialmente na Europa, a necessidade de criação por parte do Estado de um sistema de proteção social, o chamado Estado de Bem-Estar Social, considerando a nova dinâmica posta na sociedade capitalista, de exploração do trabalho pelo capital, que amplia as desigualdades sociais (BEHRING, 2003).

No Brasil as primeiras iniciativas de implantar um Sistema de Proteção Social surgem na década de 1930, inicialmente ofertadas por instituições religiosas e “damas de caridade” oriundas da sociedade, estas últimas eram mulheres pertencentes à elite da época que se dedicavam a realização de obras de caridade voltadas para os pobres. No decorrer da década de 1930, o Estado passou a investir na seguridade social de modo a responder as demandas prementes da população (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004).

O modelo de Proteção Social brasileiro é formado por um conjunto estatal de ofertas na área de bens e serviços que incluem a Saúde, Previdência e Assistência Social, Habitação, Educação, dentre outros. De acordo com Draibe (1990), este modelo é regulado pelo Estado e possui uma cobertura significativa das demandas da população brasileira. Destaca-se, contudo, que este modelo de proteção de cunho universalista foi implantado no Brasil somente após a década de 1980.

Draibe (1990) considera, ainda, que até então existiam tentativas de introduzir um Sistema de Proteção Social no Brasil, destacando dois períodos significativos na história do Brasil que reforça esta idéia. O primeiro período foi o que se insere entre 1930 e 1943, num contexto de grandes transformações socioeconômicas, quando foram criadas leis no tocante à Previdência Social, no campo da regulação trabalhista

e algumas ofertas no campo da Assistência Social, Saúde, Saneamento, Transporte e Educação. Salienta-se que é nesta conjuntura que o Brasil migra do modelo agro-exportador de desenvolvimento para o urbano-industrial.

No segundo período, compreendido entre 1966 e 1971, há um aumento da cobertura de bens e serviços sociais em diversas áreas, embora ainda incipientes. É importante lembrar que este momento ocorre em plena implantação e aceleração da industrialização no país, crescimento urbano, associado a um contexto de ditadura militar.

A proteção social vigente na década de 1970 é do tipo meritocrático-particularista, que se baseia em corrigir os impactos causados pelo mercado através da oferta de políticas sociais. Draibe (1993) discorre que após a Constituição de 1988, houve uma mudança deste modelo em direção ao institucional distributivo.

Este modelo possui algumas características importantes a serem destacadas: a oferta de serviços e benefícios deve ter caráter universal, tendo como base a necessidade e considera que todas as pessoas têm direito à cidadania, sendo que para isso ocorrer deve ter acesso a mínimos sociais que viabilizem uma melhoria nas condições de vida da população. Nesta direção, a perspectiva é a de atingir um patamar de maior igualdade entre os cidadãos.

No Brasil, desde a implementação do Estado neoliberal na década de 1990, a precarização do trabalho tem sido cada vez mais aprofundada, submetendo os trabalhadores à sua inserção em atividades precárias, ou mesmo, nos poucos empregos criados, exigindo das pessoas uma carga horária maior de trabalho e preparação para conseguir sobreviver, devendo sujeitar-se a trabalhos mal remunerados, transitórios, informais, terceirizados ou à margem de toda garantia legal, e às vezes prejudiciais (ANTUNES, 2003).

Neste sentido, a cidadania tão largamente apregoada vem se distanciando cada vez mais e, por outro lado, a exclusão vem sendo aprofundada tanto nas relações econômicas como nas culturais, sociais e políticas, apesar de existir, por parte do Estado, algumas iniciativas pontuais para combatê-la.

No conjunto, o Estado neoliberal tem como base estratégica de ação a redução dos direitos trabalhistas e previdenciários e a oferta de proteção social, dita como universal, mas com fortes traços de fragmentação e focalização. Ao mesmo tempo em que oferta a alguns a proteção social através de programas sociais específicos,

focalistas ou desenvolvidos de modo precário, sem o devido acompanhamento e avaliação, que ampliam a dificuldade de acesso dos cidadãos aos direitos universais.

Corroborando com essa assertiva, Silva (2004) ressalta que as bases do neoliberalismo estão na focalização, privatização e descentralização, que geram uma situação de assistencialismo e uma desuniversalização das ações. Neste contexto, o corte dos gastos sociais contribui para o equilíbrio financeiro do setor público e à política social cabe somente o papel de solucionar o que o mercado, a comunidade e a família não conseguem suprir.

Nesta direção, as políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social presentes no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (CASTEL, 1998).

Salienta-se que, a implantação do neoliberalismo e as reformas implementadas no Estado ocorridas após a década de 1980, impactaram o Sistema de Proteção Social, criando uma forma mista de oferta de serviços e benefícios (setor privado e setor público). No Brasil, apesar dos avanços ocorridos após a Constituição de 1988 e as posteriores legislações, a oferta da Proteção Social é operacionalizada de forma mista, a exemplo das políticas públicas de Previdência Social, Saúde e Assistência Social, que compõem a Seguridade Social brasileira.

2.2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL COMO DIREITO DE CIDADANIA: AVANÇOS NORMATIVOS NO ÂMBITO DA GESTÃO DO SUAS

A trajetória da Assistência Social no Brasil é longa e durante um bom tempo se desenvolve muito lentamente, tendo em vista que desde o início do século XX temos ações pontuais ocorrendo para dar conta dos impactos causados na sociedade pelo desenvolvimento do sistema capitalista no país. É somente após os anos 80, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que esta política foi se delineando para assumir o modelo ao qual se referencia atualmente.

Esta transição não se deu de forma rápida, foram necessários anos de lutas de diversos segmentos da sociedade em prol desta mudança no padrão de oferta da proteção social. Salienta-se, portanto, que a também chama Constituição Cidadã,

trouxe um novo olhar sobre a Proteção Social a perspectiva dos direitos sociais. Sobre esse aspecto, Sposati (2009, p. 13) afirma que

ao afiançar direitos humanos e sociais como responsabilidade pública e estatal, essa Constituição operou, ainda que conceitualmente, fundamentais mudanças, pois acrescentou na agenda pública um conjunto de necessidades até então consideradas de âmbito pessoal ou individual.

Oliveira (2009, p. 109), acrescenta que as ofertas de políticas sociais “enquanto estratégia governamental [...] são incapazes de promover uma real melhoria das condições de vida da classe trabalhadora”, entretanto considera que antes da Constituição de 1988, as medidas de proteção adotadas eram de cunho seletista, atingindo somente a população que estava inserida em atividade laborativa com vínculo formal, os demais tinham acesso à Assistência Social sob a perspectiva assistencialista, com características de benesse, de modo complementar e fragmentada.

Oliveira (2009, p. 112) ainda aponta o clientelismo como outro aspecto na execução da Assistência Social à população necessitada afirmando que

as práticas clientelistas, nas quais o acesso dos usuários aos bens, recursos e serviços se realiza por meio das relações pessoais entre estes e representantes do poder público, a quem passam a dever favores frequentemente pagos através da fidelidade e lealdade políticas, sobretudo em momentos eleitorais.

A Constituição Federal de 1988, em seu capítulo II, artigos 194 a 204 permitiu à Assistência Social o caráter de integrante da Seguridade Social junto com a Saúde e a Previdência, formando o chamado tripé da oferta de Proteção Social no Brasil. Jaccoud (2009, p. 58) define Proteção Social como “um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para provisão de serviços e benefícios sociais visando a enfrentar situações de risco social ou de privações sociais”.

Sobre este novo patamar, em 7 de dezembro de 1993, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi regulamentada através da LOAS (1993), destacando-se aqui alguns aspectos relevantes: se baseia no princípio da universalidade, deve ser ofertada como direito de cidadania e exige que a obrigatoriedade da oferta seja realizada pelo Estado.

Várias normativas surgiram neste processo de construção da Assistência Social enquanto política pública, a saber: Criação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em 1994, aprovação da primeira Política de Assistência Social em 1998, visando delimitar e organizar a operacionalização com controle social da Assistência Social, conforme apregoado constitucionalmente. Entre a regulamentação da Assistência Social pela LOAS, Lei nº 8.742 de 1993 e a deliberação em 2003, na IV Conferência Nacional de Assistência Social que aprovou um novo modelo de gestão descentralizado e participativo para esta política - o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - foram anos de luta por parte de diversos segmentos da sociedade.

A inovação da Assistência Social no modelo atual, o SUAS, está dentre outros aspectos, na gestão compartilhada entre os entes federativos, na oferta de proteções por níveis de complexidade. O SUAS é um sistema descentralizado e participativo, não havendo a necessidade que o usuário que demanda os seus serviços realize contribuição prévia para acessá-lo. Segundo a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004), as proteções sociais serão garantidas a todos os

cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 33).

Enfatiza-se que, este modelo de gestão garante a oferta de Proteção Social através da inserção da população em serviços, programas, projetos e benefícios em todo o território brasileiro. A gestão deste sistema é compartilhada no tocante às responsabilidades da sua execução entre os entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) que o compõem, incluindo a de cofinanciamento.

Conforme descrito na PNAS, este sistema materializa o que é apregoado na LOAS e propõe a oferta padronizada de serviços, programas, projetos e benefícios em todo o território nacional, considerando as especificidades de cada território. A PNAS estabelece ainda os eixos que estruturam o SUAS: o da Matricialidade sociofamiliar; a

Descentralização político-administrativa e territorialização; Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil; Financiamento; o Controle Social; o desafio da participação popular/cidadão usuário; A Política de Recursos Humanos e a informação, monitoramento, avaliação. Estes últimos, informação, monitoramento e avaliação, serão destacados neste estudo, tendo em vista a sua estreita relação com a Vigilância Socioassistencial (BRASIL, 2004).

O SUAS, implantado pela NOB/SUAS em 2005, propôs a ampliação dos direitos de proteção social não contributiva. Para tanto, os serviços socioassistenciais foram constituídos baseados nos seguintes elementos: “vigilância social, proteção social e defesa social e institucional” (BRASIL, 2004, p. 39). Salienta-se que a LOAS, alterada em 2011 pela Lei de N° 12.435, em seu artigo 2° aponta como objetivos da Assistência Social:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e

e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais (BRASIL, 2011d, p. 1-2)

É importante ressaltar que desde a NOB/SUAS, 2005, há um destaque para o papel da Vigilância Social, objeto de estudo deste trabalho. A NOB/SUAS, 2005, referencia a Vigilância Social como uma das funções da Assistência Social, quando afirma que

deve buscar conhecer o cotidiano da vida das famílias, a partir das condições concretas do lugar onde elas vivem e não só as médias estatísticas ou números gerais, responsabilizando-se pela identificação

dos 'territórios de incidência' de riscos no âmbito da cidade, do Estado, do país, para que a Assistência Social desenvolva uma política de prevenção e monitoramento de riscos (BRASIL, 2005. p. 93).

Nesta direção, a Proteção Social é dividida em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, esta última é subdividida em Média e Alta Complexidades. As ações voltadas a Proteção Social desenvolvidas pela Assistência Social em todas as esferas de governo, devem estar de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução nº 109 publicada em 11 de novembro de 2009 (BRASIL, 2009b), que tem por objetivo estabelecer uma padronização na oferta dos serviços socioassistenciais, considerando os níveis de complexidade, conforme Quadro 1.

QUADRO 1: Descrição dos Serviços de Proteção Social

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
1.	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF
2.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
3.	Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	
Média Complexidade	
1.	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI
2.	Serviço Especializado de Abordagem Social
3.	Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)
4.	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias
5.	Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua
Alta Complexidade	
6.	Serviço de Acolhimento Institucional
7.	Serviço de Acolhimento em República
8.	Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora
9.	Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências

Fonte: Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009b, p. 5-6).

A Proteção Social Básica dispõe da oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Estes serviços têm por finalidade prover a população em suas necessidades mais urgentes, de modo a prevenir a incidência de situações que fragilizem as famílias e possam acarretar fragilidade ou rompimento dos seus vínculos. Salienta-se que estes serviços devem ser executados diretamente nos CRAS ou indiretamente pela Rede Socioassistencial conveniada, inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social. Nas palavras de Couto, Yazbek e Raichelis (2010, p. 42), “a Proteção Social Básica apresenta caráter preventivo e processador de inclusão social”.

A Proteção Social Especial está direcionada a indivíduos e famílias que se encontram em situação de alta vulnerabilidade individual e social, por abandono, negligência, perdas de vínculos familiares, ou outros, tendo seus direitos violados. Esta proteção subdivide-se em de Média Complexidade e Alta Complexidade. Na primeira, os direitos de indivíduos ou famílias foram violados, mas os vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, sendo ofertada no CREAS e rede socioassistencial conveniada. A Alta Complexidade se caracteriza pelo rompimento de vínculos, sendo sua oferta disponibilizada através de Rede conveniada. Os Serviços vinculados à Alta Complexidade

garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirado de seu núcleo familiar e, ou, comunitário (BRASIL, 2004, p.40).

O Trabalho Social realizado nestas Proteções (Básica e Especial) deve ser desenvolvido por recursos humanos, em equipe multiprofissional, que possuam competências e habilidades que possam dar respostas positivas ao público que demanda seus serviços.

No que se refere aos recursos humanos na Política de Assistência Social, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, NOB-RH/SUAS (BRASIL, 2006) estabelece os critérios referentes a Gestão do Trabalho no SUAS, delimita as equipes de referência (servidores efetivos, em diversas áreas profissionais) de acordo com os níveis de proteção, propõe as diretrizes para a Política Nacional de Capacitação e aponta as responsabilidades dos entes nesses campos.

Ainda no tocante à composição das equipes de referência, a NOB-RH/SUAS determina que nos CRAS sejam o/a Assistente Social e Psicólogo/a, e nos CREAS acrescentando o/a Advogado/a. A Resolução do CNAS N° 17, de 20 de junho de 2011 em seu artigo 3º, ampliou o leque de profissionais que integram o SUAS inserindo nessas equipes outras categorias profissionais de nível superior, a saber,

Antropólogo; Economista Doméstico; Pedagogo; Sociólogo; Terapeuta ocupacional; e, Musicoterapeuta, ou que, preferencialmente, poderão compor a gestão do SUAS: Assistente Social; Psicólogo; Advogado; Administrador; Antropólogo; Contador; Economista; Economista Doméstico; Pedagogo; Sociólogo e Terapeuta Ocupacional (BRASIL, 2011b, p. 3)

Salienta-se que os profissionais que integram a categoria Trabalhadores do SUAS devem possuir capacidades específicas que permitam a realização das ações previstas na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução do CNAS Nº 109/2009.

Esta Resolução trouxe uma padronização dos serviços socioassistenciais, considerando os níveis de complexidade, com detalhamento do tipo de oferta e expectativa em relação aos resultados esperados, dentre outras questões. Dentre outros aspectos, a Tipificação padroniza o nome do serviço, o descreve detalhadamente, identifica os usuários que a serem atendidos em suas demandas com a finalidade de superarem a situação de vulnerabilidade e risco social, e expõe com clareza os objetivos e provisões que devem ser alcançados pela Assistência Social nas suas Unidades Operativas (BRASIL, 2009b).

Corroborando com este ponto, Colin e Silveira (2007, p. 155) afirmam que

Os serviços desenvolvidos no Suas podem ou não gerar possibilidades de autonomia e protagonismo, dependendo dos impactos provocados nos modos de ser e pensar da população usuária.

Em outras palavras, as equipes do SUAS devem trabalhar no sentido de gerar respostas às demandas da população usuária dos seus serviços, considerando a sua opinião, seus costumes, modo de vida, cultura, dentre outros aspectos. Neste sentido, buscando responder mais adequadamente às demandas da população, é que surgiu a necessidade de aprimorar a Política de Assistência Social. Para tanto, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a NOB/SUAS 2012, através da Resolução nº 33 publicada em 12 de dezembro de 2012.

Esta Resolução incorporou os avanços normativos dos últimos anos, visando o aprimoramento do modelo gestão SUAS, ao propor o rompimento da lógica de adesão dos entes federados e enfatizar a necessidade do planejamento territorializado. Este deve subsidiar a gestão na oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios, tendo como alicerce o conhecimento da realidade das famílias que estão sujeitas a situação de risco e vulnerabilidades.

A produção de indicadores sociais e de informações que auxiliem a Gestão na tomada de decisões, sua sistematização e respectiva análise é de responsabilidade da Vigilância Socioassistencial, área vinculada à Gestão da Política de Assistência Social em todas as esferas de governo.

Neste sentido, o trabalho desenvolvido por esta área é de extrema importância, pois além desta responsabilidade, também monitora a oferta dos serviços disponibilizados à população.

2.3 MARCO NORMATIVO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Para intervir nas demandas postas na realidade social das famílias que se encontram excluídas da condição de cidadania é necessário conhecer mais de perto o seu território, suas necessidades. Neste sentido, a agregação da Vigilância Socioassistencial ao modelo SUAS surgiu em 2005, com a NOB/SUAS, sendo estabelecida como uma das funções da Política de Assistência Social, junto com a Proteção Social e Defesa Social quando destaca que

deve buscar conhecer o cotidiano da vida das famílias, a partir das condições concretas do lugar onde elas vivem e não só as médias estatísticas ou números gerais, responsabilizando-se pela identificação dos 'territórios de incidência' de riscos no âmbito da cidade, do Estado, do país, para que a Assistência Social desenvolva uma política de prevenção e monitoramento de riscos (BRASIL, 2005. p. 93).

Contudo, desde 2004 já estava sinalizada na PNAS quando informa que os "serviços socioassistenciais no SUAS são organizados segundo as seguintes referências: vigilância social, proteção social e defesa social e institucional" (BRASIL, 2004, p. 39).

A Vigilância Socioassistencial, se distingue de outras áreas da Política de Assistência Social, tendo em vista que é nela que são produzidas, sistematizadas e analisadas as informações de modo a que sejam evidenciadas as necessidades da população em relação à oferta de serviços socioassistenciais.

Salienta-se que estas informações devem ser sistematizadas e analisadas de modo a compor o diagnóstico socioterritorial, que tem por finalidade responder às demandas da população que se encontra em situação de vulnerabilidade e risco social. Em outras palavras, ao produzir as informações necessárias, a Vigilância Socioassistencial permite à gestão ter o embasamento adequado para conhecer a realidade e intervir com qualidade, garantindo assim as demais funções, a Proteção Social e a Defesa Social.

Baptista (2002, p. 42) discorre sobre a necessidade de se atentar durante o planejamento das ações a serem realizadas sobre o conhecimento produzido, uma vez que o estudo da “situação na área social pode assumir abrangência quase ilimitada”.

No Quadro 2 destaca-se as principais normativas que estabelecem a Vigilância Socioassistencial no âmbito do SUAS.

Quadro 2: Marco normativo da Vigilância Socioassistencial

NORMATIVA	DO QUE TRATA
PNAS – Res. N° 145/2004	Inclui a Vigilância Social como um dos elementos que deve ser considerado quando se ofertar os serviços socioassistenciais.
NOB/SUAS – Res. N° 130/2005	A NOB SUAS (2005) reforça o papel da vigilância socioassistencial de conhecer a realidade das famílias.
NOB-RH/SUAS – Res. N° 269/2006	Estabelece a gestão do trabalho no SUAS, equipes de referência por níveis de proteção, diretrizes para a Política Nacional de Capacitação e aponta as responsabilidades dos entes nesses campos.
Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – Res. N° 109/2009	Tipifica os serviços socioassistenciais por níveis de complexidade, descreve serviços, público, objetivos, provisões, aquisições dos usuários, condições e formas de acesso, unidade, período de funcionamento, abrangência, articulação em rede e o impacto social esperado.
Lei 12.435/11	Altera a LOAS, institui oficialmente o SUAS na sua redação.
CNAS Res. de N° 17/2011	Ratifica as equipes de referências, reconhece outras categorias para atender as especificidades do trabalho social e às funções de gestão do Sistema.
NOB/SUAS 2012 - Res. N° 33/2012	Rompe com a lógica de adesão dos entes federados ao SUAS, institui o planejamento na área, consolida os principais marcos normativos em seu texto e cria mecanismos para o aprimoramento da gestão, serviços, benefícios, programas e projetos.

Fonte: Elaboração própria da autora.

Neste estudo foi dada maior evidência para a NOB/SUAS 2012 tendo em vista que em seu texto estão enfatizadas as obrigações da gestão da Assistência Social em todas as esferas de governo no tocante à Vigilância Socioassistencial, objeto de estudo desta dissertação.

Conforme a NOB/SUAS 2012, a Vigilância Socioassistencial deve ser implantada nos âmbitos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, de modo a nortear a oferta de Proteção Social Básica e Especial através de diagnósticos que permitam conhecer a realidade dos territórios.

Neste sentido, os artigos de n° 90 e 91 reafirmam as responsabilidades dos entes federados quando apontam que

Art. 90. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem instituir a área da Vigilância Socioassistencial diretamente vinculada aos órgãos gestores da política de Assistência Social, dispondo de recursos de incentivo à gestão para sua estruturação e manutenção.

Art. 91. Constituem responsabilidades comuns à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios acerca da área de Vigilância Socioassistencial (BRASIL, 2013c, p. 41).

Outra questão a ser evidenciada é a necessidade da Gestão em realizar um planejamento bem estruturado para a execução das ações apontadas como necessárias nos estudos realizados pela Vigilância Socioassistencial. Isto envolve inclusive um levantamento detalhado das demandas e das ofertas através de serviços, programas, projetos e benefícios a serem contemplados no Plano de Assistência Social, indicando também dentre outros aspectos, a sua fonte de financiamento.

Nesta Normativa é também salientado o papel da Vigilância Socioassistencial em desvelar a realidade territorializada, identificando as vulnerabilidades e riscos sociais que afetam as famílias, para assim propor respostas apropriadas.

Outro aspecto de responsabilidade desta área é o de acompanhar o trabalho desenvolvido nas Unidades Operacionais, a exemplo de CRAS e CREAS, e Rede Socioassistencial conveniada, com a finalidade de identificar a sua capacidade em responder com qualidade as demandas das famílias. Essa forma de operacionalizar a Política de Assistência Social denota um caráter preventivo e proativo por parte da gestão, contribuindo para responder as demandas de modo mais condizente com as necessidades postas.

A NOB/SUAS 2012, no Capítulo VII que trata sobre Vigilância Socioassistencial, em seu artigo N° 87, salienta sobre o seu papel, alertando para a necessidade de uma maior aproximação com as “as áreas diretamente responsáveis pela oferta de serviços socioassistenciais à população nas Proteções Sociais Básica e Especial” (BRASIL, 2013, p. 41). Estes serviços citados na NOB/SUAS 2012 dizem respeito tanto aos executados pelas Unidades governamentais, como pelas não-governamentais conveniadas.

É importante ressaltar que as unidades executoras das Proteções Sociais (Básica e Especial) devem prover dados para serem sistematizados e analisados pela Vigilância, e por outro lado, utilizar as informações disponibilizadas por esta área de maneira a subsidiar a ofertas dos serviços, programas, projetos e benefícios à população.

Ressalta-se que estes dados informados às Proteções devem dispor de aspectos quantitativos e qualitativos, no sentido de que, em consonância com o artigo de nº 88 da NOB/SUAS 2012, em seu inciso segundo,

I - contribuam para que as equipes dos serviços socioassistenciais avaliem sua própria atuação; II - ampliem o conhecimento das equipes dos serviços socioassistenciais sobre as características da população e do território de forma a melhor atender às necessidades e demandas existentes; III - proporcionem o planejamento e a execução das ações de busca ativa que assegurem a oferta de serviços e benefícios às famílias e indivíduos mais vulneráveis, superando a atuação pautada exclusivamente pela demanda espontânea (BRASIL, 2013c, p. 41).

Salienta-se a necessidade da Gestão em realizar um planejamento bem estruturado para a execução das ações apontadas como necessárias nos estudos realizados pela Vigilância Socioassistencial. Isto envolve inclusive um levantamento detalhado das demandas e do padrão de ofertas através de serviços, programas, projetos e benefícios a serem contemplados no Plano de Assistência Social, indicando também dentre outras questões, a sua fonte de financiamento.

Em relação às equipes do CRAS e do CREAS, de acordo com a NOB/SUAS 2012, artigo nº 94, incisos III, IV e V, a Vigilância deve se responsabilizar por

III - fornecer sistematicamente às unidades da rede socioassistencial, especialmente aos CRAS e CREAS, informações e indicadores territorializados, extraídos do Cadastro Único, que possam auxiliar as ações de busca ativa e subsidiar as atividades de planejamento e avaliação dos próprios serviços;

IV - fornecer sistematicamente aos CRAS e CREAS listagens territorializadas das famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família, com bloqueio ou suspensão do benefício, e monitorar a realização da busca ativa destas famílias pelas referidas unidades e o registro do acompanhamento que possibilita a interrupção dos efeitos do descumprimento sobre o benefício das famílias;

V - fornecer sistematicamente aos CRAS e CREAS listagens territorializadas das famílias beneficiárias do BPC e dos benefícios eventuais e monitorar a realização da busca ativa destas famílias pelas referidas unidades para inserção nos respectivos serviços (BRASIL, 2013c, p. 43).

A Vigilância Socioassistencial está dividida em dois eixos: a vigilância de riscos e vulnerabilidades e a vigilância sobre os padrões dos serviços. O entrelaçamento destes eixos visa conhecer a demanda por Proteção Social que a população necessita

e identificar onde estão localizados os serviços e benefícios ofertados, bem como qual a qualidade desta oferta.

O conhecimento destes dois eixos propicia à Gestão informações mais detalhadas sobre os indivíduos, famílias e grupos, onde estão localizados, suas demandas, e qual a qualidade da resposta que já está sendo dada pelas Unidades Operacionais da Assistência Social e a Rede Socioassistencial conveniada.

É importante que seja esclarecido o conceito de vulnerabilidade, risco social e território que são abordados na Política de Assistência Social. Nesta política, o conceito de risco está ligado à identificação através de estudos de identifiquem possível danos à população no âmbito de delimitação territorial. Alguns exemplos de riscos que podem ser identificados numa base territorial: violência doméstica, maus tratos, trabalho infantil, abuso ou exploração sexual, vivência em situação de rua.

No tocante ao conceito de vulnerabilidade social, para a Política de Assistência Social (BRASIL, 2004) tem por causa o processo histórico excludente de produção e reprodução das relações sociais decorrente do sistema capitalista, que gera e perpetua desigualdades sociais.

Este conceito não é entendido somente na perspectiva da pobreza, sob o aspecto de privação de recursos financeiros, mas, a partir de um conjunto de fatores que se fazem presentes nos territórios de vivência de indivíduos, grupos e famílias e que os coloca em risco imediato ou futuro.

Neste sentido, cabe ao Estado identificar os padrões de riscos e vulnerabilidades sociais, considerando os territórios onde a população materializa a sua existência (SANTOS, 1996), de modo a desenvolver ações que os previnam. Ou seja, somente com o conhecimento da realidade que se pretende intervir é que a Gestão da Assistência Social poderá propor serviços e benefícios, como meio de prevenção e redução de impactos negativos.

2.3.1 A Informação e suas contribuições para o aprimoramento da gestão da Política de Assistência Social

A Informação, o Monitoramento e a Avaliação constituem um dos eixos estruturantes da Política de Assistência Social. Neste sentido, estão correlacionados, tendo em vista que este três elementos devem subsidiar a gestão na identificação das demandas e no controle da qualidade da oferta dos seus serviços à população.

Assim, tratar da produção de informações associado à gestão da política de assistência requer a sua compreensão na perspectiva legal. A NOB SUAS, em seu artigo nº 87, caracteriza a Vigilância Socioassistencial

como uma das funções da política de Assistência Social e deve ser realizada por intermédio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas, e trata: I – das situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios; II – do tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial (BRASIL, 2013c, p. 26).

De acordo com o artigo nº 95 da NOB/SUAS 2012, esta produção de informação esta relacionada também ao processo de monitoramento e avaliação da Política de Assistência Social no âmbito do SUAS e desde 2004, a PNAS já definia como obrigatória a sua implantação em todos os entes federativos, incluindo os municípios.

Nesta direção, todos os entes federados, devem implantar

A gestão da informação, por meio da integração entre ferramentas tecnológicas, torna-se um componente estratégico para: I - a definição do conteúdo da política e seu planejamento; II - o monitoramento e a avaliação da oferta e da demanda de serviços socioassistenciais (BRASIL, 2013c, p. 43).

A Política de Assistência Social no modelo SUAS ainda é muito recente, sendo considerado um desafio a produção de informações consistentes nas três esferas de governo que dêem o embasamento necessário à oferta das proteções sociais à população.

No âmbito da União, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) já possui um Sistema de Informação estruturado com acesso via WEB, que possibilita o acesso a informações que ter por finalidade subsidiar as decisões da gestão sobre a Política de Assistência Social.

O Sistema também é conhecido como REDE SUAS, além de possibilitar informações que orientem aos gestores Estaduais, do Distrito Federal e Municipais na tomada de decisão, propicia também o controle social, tendo em vista que disponibilizado o acesso da população para esta finalidade. Salienta-se que o Estado

também possui uma rede de informação própria e também utiliza os dados sistematizados pela REDE SUAS.

No tocante à REDE SUAS, no âmbito da União, fazem parte desta rede, dentre outros, os elementos indicados no Quadro 3

Quadro 3: Alguns aplicativos que integram a REDE SUAS

APLICATIVOS	FINALIDADE
SUASweb	Este sistema visa subsidiar a gestão, neste sentido dispõe de locais específicos para inserir informações sobre: plano de ação, demonstrativo sintético físico financeiro, informações diversas e outros.
InfoSUAS	Este sistema disponibiliza à população, via internet, informações acerca dos recursos da Assistência Social
SISFAF	Sistema de transferências financeiras que informa o repasse via Fundo Nacional de Assistência Social para os demais fundos (estaduais/municipais).
CadSUAS	Armazena informações, o cadastro de prefeituras, Secretaria de Assistência Social, cadastro de entidades da rede socioassistencial, conselho, fundo, dentre outros.

Fonte: Pesquisa bibliográfica , 2015.

Enfim, existe uma gama de ferramentas via Web que contempla uma diversidade de informações a serem alimentadas pelas instâncias operacionalizadores da Política de Assistência Social no SUAS, bem como informações que permitem o seu controle social. É importante salientar a necessidade dos municípios implantarem um sistema de informação que permita o acesso da gestão às informações implantadas por todas as unidades que executam a Assistência Social no município.

3 A PESQUISA DE CAMPO

3.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Tratar da produção e do destino dado à informação no âmbito da Política de Assistência Social requer, por parte do pesquisador, a compreensão de que é preciso delinear um lastro teórico que dê sustentação a este propósito. Desta maneira, é preciso considerar o sentido que as vertentes teórico-metodológicas assumem neste processo, e que justifica as escolhas do desenho da pesquisa.

3.1.1 Tipo e natureza do estudo

Este é um estudo de caso, de abordagem qualitativa, com características exploratórias, pode ser justificado pela própria particularidade do objeto, uma vez que sua inserção é recente no âmbito da pesquisa.

Desta maneira, entende-se que o método qualitativo frequentemente é aplicado nos estudos descritivos, já que estes têm como objetivo a investigação das características de um fenômeno específico e devem ser realizados quando o investigador tem como objetivo obter um entendimento melhor e maior do comportamento de determinado fator e dos elementos que influem sobre esse mesmo fator (MARTINELLI, 1999).

Do mesmo modo, as características exploratórias do estudo decorrem da intencionalidade em desenvolver ideias com vistas à formulação de uma visão geral, embora aproximada, de determinado fato (GIL, 2002).

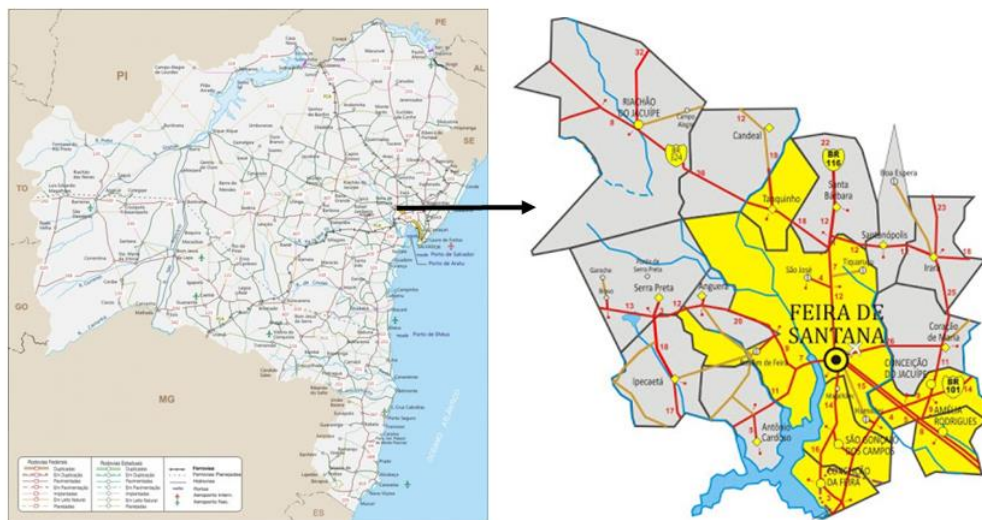
3.1.2 Lócus da pesquisa

Esta pesquisa teve como campo a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDESO), localizada no município de Feira de Santana, Bahia, à Avenida Getúlio Vargas, 3.417, bairro Santa Mônica. É nesta instituição que é realizada a gestão da política de Assistência Social do município. É importante informar que a pesquisadora

é servidora do quadro efetivo da SEDESO desde 2009, no cargo de assistente social, contudo, obteve licença sem vencimentos em 2013 estando afastada atualmente.

Conforme estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), Feira de Santana possui uma população estimada em 612.000 habitantes, sendo considerado um município de grande porte.

Figura 1: Mapa da Bahia com destaque para Feira de Santana.



Fonte: Adaptado de www.infoescola.com e rmfeiradesantana.blogspot.com.br

Localizada a 108 km da capital baiana, Feira de Santana, de acordo com a Lei Complementar Estadual de nº 35, desde 7 de julho de 2011 é município pólo da Região Metropolitana de Feira de Santana, que engloba inicialmente seis municípios: Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos e Tanquinho. O município está localizado num importante entroncamento rodoviário, considerado um dos maiores do interior do país e o maior do Norte e Nordeste, cortado por três rodovias federais e quatro estaduais.

A SEDESO, criada através da Lei Municipal de nº 1.802, de 30 de junho de 1995, que possui a responsabilidade de gerir a Política de Assistência Social na esfera municipal, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004), promovendo a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de modo contemplar as demandas da população no tocante à inclusão social.

É importante ressaltar que, esta oferta, tem o respaldo do artigo 1º da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), de nº 8.742/93, que prevê a garantia do

atendimento às necessidades básicas da população, através da provisão dos mínimos sociais à população que demanda os serviços, programas, projetos e benefícios oriundos da Assistência Social.

3.1.3 Fases da pesquisa

Para o alcance dos objetivos propostos, este trabalho se dividiu em três fases:

- a) Levantamento bibliográfico: artigos e dissertações publicados no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Publicações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) disponibilizadas no site em meio eletrônico; Normativas diretamente associadas à Política de Assistência Social acessadas em meio eletrônico no site do MDS.
- b) Coleta de informações a partir de fonte secundária - Relatório Anual de Gestão, exercício de 2013 - de modo a conhecer o desenvolvimento da implantação da Vigilância Socioassistencial na SEDESO, bem como identificar como são produzidas as informações utilizadas pela gestão para tomar decisões relacionadas à política de Assistência Social;
- c) Sistematização das informações contidas no Relatório Anual de Gestão no exercício de 2013 (FEIRA DE SANTANA, 2013), com posterior análise à luz da legislação que norteia a Política de Assistência Social.

3.1.4 Coleta de dados

Conforme indicado no relatório Anual 2013 (FEIRA DE SANTANA, 2013), a SEDESO possuía em 2013 um total de quatorze CRAS e sete CREAS desenvolvendo suas atividades no âmbito da Proteção Social Básica e Especial de Média Complexidade, respectivamente. Neste estudo, a coleta de dados foi feita a partir do material registrado no Relatório Anual/2013 e produzido pelas equipes da Vigilância Socioassistencial, de cinco Unidades Operacionais da Proteção Social Básica - CRAS e de duas Unidades Operacionais da Proteção Social Especial de Média Complexidade – CREAS.

Salienta-se que a composição da amostra se deu tendo em vista terem

conteúdos relevantes e que não se repetiam de modo a evitar a saturação das informações. Ou seja, foram selecionados para análise da produção de informação, os CRAS e CREAS que tinham em seus relatórios, informações relevantes para o estudo e que não se repetiam.

3.1.5 Técnica de análise dos dados

É importante ressaltar que, como se trata de uma pesquisa qualitativa, própria das Ciências Sociais, os dados foram analisados pela técnica denominada análise de conteúdo. Bardin (1977) discorre que esta diz respeito a um conjunto de técnicas de análises das comunicações, que visam - através de procedimentos sistemáticos e objetivos - descrever os conteúdos das mensagens obtendo indicadores quantitativos ou não, que venham possibilitar a dedução dos conhecimentos relativos às condições que produziram o atendimento.

Neste sentido, se realiza em três momentos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Pré-análise é o momento de organizar o material, de escolher os documentos que serão analisados, formular hipóteses ou questões norteadoras, elaborar indicadores que fundamentem a interpretação final (BARDIN, 1977).

Assim, no primeiro momento foi feita a exploração do material, para em seguida elencar os dados pertinentes ao estudo. Durante a interpretação destes dados, foi preciso voltar atentamente aos marcos teóricos pertinentes à investigação, para o devido embasamento deste estudo. Ao final, o tratamento dos dados obtidos, à luz do referencial teórico escolhido, trouxe significação à análise realizada.

3.1.6 Aspectos éticos

Em relação aos aspectos éticos, esta dissertação seguiu as recomendações do Código de Ética do/a Assistente Social, profissão da pesquisadora, que orienta ao profissional basear as suas reflexões pautando-se em princípios. Dentre estes, o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o

aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993, p.24)

Salienta-se que o acesso às informações contidas no Relatório Anual 2013, foi realizado através de solicitação por ofício à gestão (ver apêndice p. 75), bem como que os espaços analisados neste estudo não foram identificados, de modo a garantir o sigilo das informações prestadas e o anonimato.

3.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Analisa-se a seguir, as informações contidas no Relatório Anual de Gestão, exercício de 2013, produzido pela SEDESO (FEIRA DE SANTANA, 2013), no tocante à Vigilância Socioassistencial.

Esta análise teve como referências as Normativas que direcionam a Política de Assistência Social, bem como o Guia contendo as Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial produzido pelo MDS (BRASIL, 2013). Ressalta-se que foram analisadas as informações produzidas pela Divisão de Monitoramento, Informação e Avaliação, responsável direto por desenvolver a Vigilância Socioassistencial no município, bem como as informações produzidas pelas equipes do CRAS, Unidades Operacionais da Política de Assistência Social no âmbito da Proteção Social Básica.

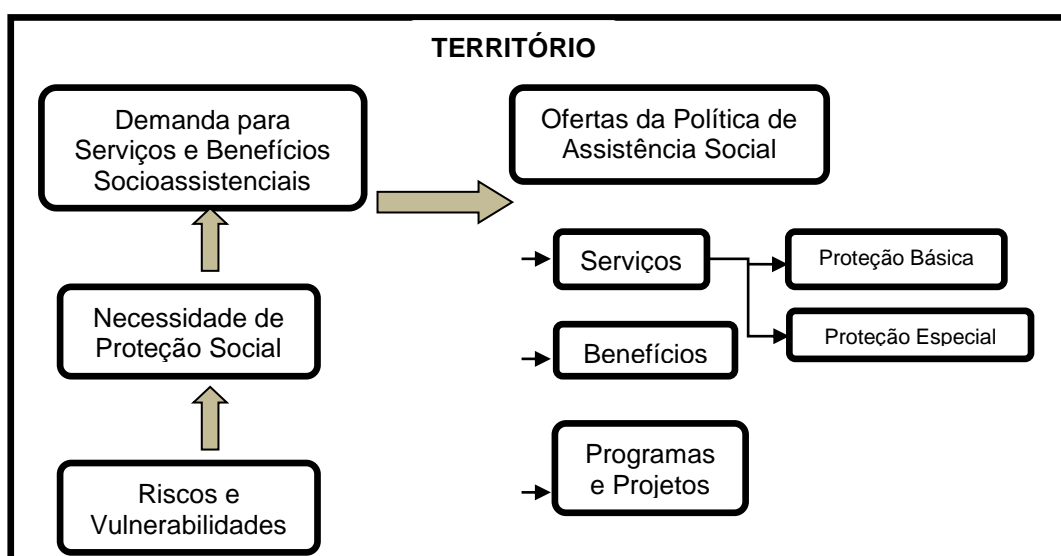
A análise foi desenvolvida contemplando duas unidades temáticas: A Vigilância Socioassistencial e suas contribuições para o aprimoramento da Assistência Social no âmbito do SUAS e A produção de informação pelas equipes vinculadas a Proteção Social Básica (CRAS) e Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS).

3.2.1 A Vigilância Socioassistencial e suas contribuições para o aprimoramento da Assistência Social no âmbito do SUAS

De acordo com a PNAS (BRASIL, 2004) e em consonância com as posteriores Normativas que atualizam a Política de Assistência Social (NOB/SUAS 2005 e 2012, Lei de nº 12.435/11), a Vigilância Socioassistencial é considerada uma das suas funções, e como tal deve ser operacionalizada em conjunto com a defesa de direitos socioassistenciais e a Proteção Social.

A Vigilância Socioassistencial é uma importante área que orienta a Gestão do SUAS em todas as esferas de governo. Deve ser compreendida como uma fundamental ferramenta de Gestão, tendo em vista que os profissionais, trabalhadores do SUAS, podem sistematizar os dados coletados na realidade onde vivem/sobrevivem as famílias em situação de risco e vulnerabilidade e retornar estes dados para a Vigilância cumprir o seu papel de sistematizá-los e traduzi-los em conhecimento da realidade investigada.

Figura 2: Vigilância Socioassistencial e sua relação com a informação, demanda e oferta



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial. Brasília, 2013a. p. 13.

Conforme sugerido na Figura 2, o estudo das questões que incidem sobre o território, locus de vivência e sobrevivência das famílias, é primordial para o aperfeiçoamento das políticas públicas, mas para a de Assistência Social é essencial. Nesta perspectiva, território para Santos (1996, p.51) é

Um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e de sistemas de ações, não consideradas isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá (SANTOS, 1996, p. 51).

Santos (1996) afirma ainda que é o uso do espaço que vai identificar de fato o conceito de território. Salienta-se que é no território que estão localizadas as famílias, objeto de intervenção da Política de Assistência Social no âmbito do SUAS, e é nele que devem ser identificadas e dadas soluções para as demandas postas. Afinal,

conforme a PNAS (BRASIL, 2004) a matricialidade sociofamiliar é um dos eixos que estruturam a oferta da Assistência Social no Brasil, isto indica que a família em suas múltiplas expressões, caso se encontre em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, deve ser inserida no campo da Proteção Social.

Nesta direção, os estudos territorializados permitem a formulação de políticas públicas, aqui evidenciada a de Assistência Social, que afetem positivamente a realidade das famílias, seu objeto de intervenção. Esta questão deve estar refletida na atuação da Vigilância Social.

As informações coletadas nos territórios em que incidem as diversas e complexas refrações da questão social, a exemplo da violência, desemprego, fome, pobreza, uso de substâncias psicoativas, trabalho infantil, dentre outras, poderão gerar indicadores que orientem as ações da Gestão e, conseqüentemente, nortearem os trabalhadores do SUAS a aperfeiçoarem suas intervenções nos territórios onde desempenham as suas funções.

Neste sentido, seria um processo coordenado pela Vigilância Socioassistencial, em colaboração das equipes da Proteção Social Básica e Especial (CRAS, CREAS, Centro POP Rua), e seu fluxo estaria assim representado:

Diagnóstico territorializado → Planejamento → Intervenção das equipes → Monitoramento → Avaliação.

Para que este ciclo ocorra devem ser elencados indicadores sociais que permitam o controle de todo o processo, pois de outra forma não haveria como mensurar as mudanças ocorridas diante da atuação das equipes no que tange a proteção social

Indicador social para Jannuzzi (s/a, p. 2) refere-se a

uma medida em geral quantitativa dotada de um significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico [...] ou programático [...]. É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

Os indicadores produzidos, considerando a realidade das famílias num determinado território, contribuem para a implantação de propostas concretas que

contribuam para mudanças na realidade social. Couto, Yazbek e Raichelis (2010, p. 50) salientam que o “território é também o terreno das políticas públicas, onde se concretizam as manifestações da *questão social* e se criam os tensionamentos e as possibilidades para o seu enfrentamento”.

Neste sentido, ressalta-se a importância da implantação da Vigilância socioassistencial em todas as esferas de governo, em especial no âmbito municipal, tendo em vista que é nesta realidade que as famílias estão localizadas e as ofertas dos serviços, programas, projetos e benefícios devem ocorrer de modo a garantir os mínimos sociais que viabilizem a prevenção de riscos e atuem sobre as vulnerabilidades identificadas.

3.2.2 A Vigilância Socioassistencial em Feira de Santana - BA

A Política de Assistência Social desenvolvida no município de Feira de Santana através da SEDESO, oferta os serviços, programas, projetos e benefícios através de suas unidades operacionais ligadas a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, a saber: 14 CRAS, 4 CREAS, Centro POP Rua, Centro de Referência da Mulher, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, Rua? Tô Fora!, Serviço Social da SEDESO, Centro de Convivência D. Zazinha Cerqueira, Programa Bolsa Família, Centro de Formação Juiz Walter Ribeiro, Centro Integrado de Capacitação Profissional Gilza Melo – CICAF, ACESSUAS, Conselho Tutelar I, II, III e IV e o Programa Feira Produtiva.

Além de ofertar os serviços através das suas Unidades operacionais, o município estabelece convênios com Instituições não governamentais que compõem a Rede Socioassistencial municipal. No Relatório são citadas as seguintes instituições que fazem parte desta Rede, desenvolvendo ações complementares a Política de Assistência Social: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, CRESCER CIDADÃO, Comunidade Evangélica Alabastro de Feira de Santana, Fundação Cultural Restauração, Instituto Fraternal Sorriso de Criança, Orfanato Evangélico da Assembléia de Deus, Palácio de Acolhimento ao Menor de Feira de Santana, Associação Cristã Nacional (ACN), Dispensário Santana, Lar do Irmão Velho e Associação Feirense de Assistência Social (AFAS).

A NOB/SUAS define a rede socioassistencial como

Um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social. (BRASIL, 2005, p. 94)

Salienta-se que esta articulação no âmbito da provisão de Proteção Social, está hierarquicamente distribuída em Básica e Especial, com níveis de complexidade (Média e Alta Complexidade). Em conformidade com a NOB/SUAS (2005, p. 95), a organização da Rede Socioassistencial se orienta sob os parâmetros abaixo:

- a) oferta, de maneira integrada de serviços, programas e benefícios de proteção social;
- b) caráter público de co-responsabilidade e complementaridade entre as ações governamentais e não-governamentais de Assistência Social evitando paralelismos, fragmentações e dispersão de recursos;
- c) hierarquização da rede pela complexidade dos serviços e abrangência territorial de sua capacidade em face da demanda;
- d) porta de entrada unificada dos serviços para a rede de proteção social básica e para a rede de proteção especial;
- e) territorialização da rede de Assistência Social, baseada na lógica da proximidade do cotidiano de vida do cidadão;
- f) caráter contínuo e sistemático, planejado com recursos garantidos em orçamento público, bem como com recursos próprios da rede não-governamental;
- g) referência unitária em todo território nacional de nomenclatura, conteúdo, padrão de funcionamento, indicadores de resultados da rede de serviços, estratégias e medidas de prevenção quanto à presença ou agravamento e superação de vitimações, riscos e vulnerabilidades sociais. (BRASIL, 2005, p. 95)

Nesta direção, o SUAS busca implantar uma Rede integrada, com efetiva oferta padronizada dos serviços, de modo contínuo, sob a perspectiva do direito e não do favor. Entende-se que a Assistência Social, enquanto política pública de Estado requer que este seja “executor e ao mesmo tempo propulsor e indutor de parcerias capazes de integrar e complementar efetivamente a equidade e a justiça social” (BRASIL, 2008a, p. 23).

Nesta direção, deve tanto ofertar diretamente os serviços, programas, projetos e benefícios, como estabelecer as parcerias com as organizações da sociedade civil, ou seja, organizações não-governamentais, para que estas realizem a complementação do trabalho social, integrando a Rede Socioassistencial do município.

Pereira (2002) confirma em sua assertiva o caráter complementar das entidades socioassistenciais e faz uma severa crítica ao teor por vezes contraditório da PNAS,

que ao mesmo tempo em que afirma a primazia do Estado na oferta da Assistência Social, enfatiza a complementaridade das ações com a participação da sociedade civil:

A Assistência Social se identifica com os direitos sociais porque são esses direitos que têm como perspectiva a equidade, a justiça social e exigem atitudes positivas, ativas ou intervencionistas do Estado para, de par com a sociedade, transformar esses valores em realidade. Daí porque, no campo da Assistência Social, a decisiva participação do Estado, seja como regulador, seja como provedor ou garantia de direitos é considerada fundamental. A tendência dominante, da qual compartilha a PNAS, é a de dar pouca ênfase à provisão social como responsabilidade estatal, em troca da ênfase na contribuição da sociedade, o que gera polêmica porque – conforme está implícito na LOAS - só o Estado pode garantir direitos, bem como a gratuidade de benefícios e serviços que constitui uma característica básica da política de Assistência Social (PEREIRA, 2002. p.223-224).

Estas organizações, também chamadas de entidades socioassistenciais devem seguir a mesma lógica de execução da Política de Assistência Social, padronizada pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009), de modo a manter o seu caráter de direito e não reforçar o caráter de favor ou benesse.

No tocante a esfera municipal, o órgão gestor da política de Assistência Social, através da Divisão de Monitoramento, Avaliação e Informação, deve acompanhar estas entidades de maneira a verificar se estão desenvolvendo as suas atividades em consonância com as normativas.

A Vigilância Socioassistencial está vinculada à Gestão do SUAS nas esferas da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, sendo operacionalizada a nível municipal em Feira de Santana, pela SEDESO. A Divisão de Monitoramento, Avaliação e Informação, setor contemplado no organograma da SEDESO (ANEXO) desde a sua aprovação em 2011, está subordinada ao Departamento de Gestão Integrada da Política de Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional. Esta Divisão é responsável pelo desenvolvimento das atribuições relativas à Vigilância Socioassistencial em Feira de Santana.

Este papel é salientado no Relatório Anual 2013 (FEIRA DE SANTANA, 2013, p. 9) quando afirma que a Divisão é responsável “pelo acompanhamento e avaliação dos serviços, benefícios, projetos e programas desenvolvidos pela Secretaria, bem como responsável pela gestão da informação”.

Conforme Quadro 4, as atividades desenvolvidas por esta Divisão no ano de 2013 foram:

Quadro 4: Atividades desenvolvidas pela Divisão de Monitoramento, Avaliação e Informação

INFORMAÇÕES CONTIDAS NO RELATÓRIO ANUAL NO ÂMBITO DO MONITORAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL
Relatórios mensais e trimestrais de todos os serviços da Secretaria.
O Censo SUAS que é feito anualmente também é um instrumento de monitoramento via MDS, realizado com todos os Serviços cofinanciados pelo Ministério inclusive a rede de unidades de acolhimento governamental e não governamental.
O Acompanhamento físico do Governo do Estado que é feito trimestralmente com dados quantitativos.
Atualização do Guia Social contendo informações de todos os serviços ofertados pela SEDESO

Fonte: Relatório Anual/2013 (FEIRA DE SANTANA, 2013, p. 9-10).

De acordo com o Quadro 4, as ações de monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios ocorrem periodicamente, com acompanhamento mensal/trimestral. O monitoramento é de suma importância, pois consiste no acompanhamento permanente dos serviços e programas desenvolvidos. Para Vaitsman (2009), o monitoramento deve ser contínuo e deve ser realizado com base em indicadores específicos, construídos com o objetivo de verificar o cumprimento dos objetivos e metas.

Não obstante, no Quadro 4, apesar da informação referente à existência do monitoramento das ações desenvolvidas nos serviços vinculados a SEDESO, a Divisão não apresenta em seu Relatório o desdobramento deste acompanhamento, nem tampouco a exposição dos indicadores sociais que o subsidiam. Além disso, não expõe a análise das informações contidas referente às ações realizadas no tocante à produção de informações, a exemplo de quantidade de famílias em situação de risco/vulnerabilidade, onde estão localizadas, dentre outros aspectos, o que demonstra uma fragilidade no processo desenvolvido.

Nas atividades desenvolvidas descritas pela Divisão de Monitoramento e Avaliação (que devem gerar dados para a Vigilância Socioassistencial) constam os “Relatórios mensais e trimestrais de todos os serviços da Secretaria” (FEIRA DE SANTANA, 2013, p. 9), infere-se que se trata do processo de acompanhamento das atividades desenvolvidas nos espaços governamentais e não-governamentais. Contudo, não existe a menção de acompanhamento físico, com emissão de pareceres sobre o funcionamento destes espaços.

Salienta-se que a NOB/SUAS 2012 (BRASIL, 2013c) em seu artigo 94 estabeleceu as responsabilidades específicas dos municípios e do Distrito Federal no que tocante à Vigilância Socioassistencial, que dentre outras funções, está o de

realizar em conjunto com os espaços de Proteção Social Básica e Especial estudos que identifiquem as demandas da população nos territórios de abrangências dos CRAS e CREAS.

Além deste aspecto, é importante sinalizar o fornecimento de informações e indicadores que possam subsidiar as ações de busca ativa das famílias que se encontram em risco de vulnerabilidade social. Rizzotti e Silva (2013, p. 133) com base na PNAS/2004, conceituam vulnerabilidade social como

situações que podem levar à exclusão social de sujeitos, sejam elas originadas por processos de produção e reprodução das desigualdades sociais ou por processos discriminatórios, segregacionais, produzidos historicamente e socialmente, onde alguns grupos são privilegiados em detrimento de outros.

Salienta-se que o conceito de risco não se refere somente ao perigo imediato, mas, sobretudo a “uma condição social que interfere na futura situação de um indivíduo ou coletividade” (RIZZOTTI; SILVA, 2013, p. 135). Assim, o fundamental aqui é a produção de informações que possam subsidiar a prevenção ao risco social.

O diagnóstico territorializado deve ser realizado com base em informações coletadas em Unidades que fazem parte da Rede Socioassistencial governamental e não governamental, Sistema de Informação disponibilizado no site do MDS, dados coletados em bases de pesquisa oficiais a exemplo do IBGE.

Estas informações devem ser sistematizadas, analisadas e encaminhadas à Rede Socioassistencial, em destaque para o CRAS e CREAS, de modo a orientar as ações voltadas para as famílias que se encontram necessitadas de proteção social, ou seja, o público alvo do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Benefícios Eventuais.

Salienta-se a importância das informações produzidas, tendo em vista que no caso dos CRAS, permite às suas equipes subsidiar o acompanhamento das famílias em descumprimento das condicionalidades do PBF, bem como norteá-los no que tange a busca ativa e posterior ofertada de serviços visando à superação da condição de vulnerabilidade e ampliação da qualidade de vida.

Ainda em relação às responsabilidades da área da Vigilância Socioassistencial, no âmbito municipal, acrescenta-se também a sua contribuição no planejamento das ações que dizem respeito ao Cadastro Único, além da “coordenação do processo de preenchimento dos questionários do Censo SUAS, zelando pela qualidade das

informações coletadas” (BRASIL, 2013c, p. 43) – está última atribuição é também de responsabilidade do Distrito Federal.

O Quadro 5 faz referência ao Cadastro Único, ao CADSUAS, ao Registro Mensal de Atendimento (RMA) e ao Prontuário SUAS como fontes de coleta de informações, porém não identifica quais são e o que efetivamente é produzido como informação nos referidos registros.

Quadro 5: : Atividades desenvolvidas pela Divisão de Monitoramento, Avaliação e Informação

INFORMAÇÕES CONTIDAS NO RELATÓRIO ANUAL REFERENTES À IMPLANTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS INFORMAÇÕES NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO MDS
Sistemas de Informação disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, principalmente CADSUAS, Sistema de Registro Mensal de Atendimentos (RMA) dos CRAS e CREAS.
O Prontuário SUAS também é um instrumento de monitoramento dentro dos equipamentos (CRAS, CREAS, Centro POP).
Está em fase de elaboração o Sistema de informação próprio da Política de Assistência Social de Feira de Santana.

Fonte: Relatório Anual/2013 (FEIRA DE SANTANA, 2013, p. 9-10)

A informação é outro elemento essencial à Vigilância no âmbito da Assistência Social, pois quando subsidiada pelo conhecimento amplo da Política de Assistência Social e os conceitos a ela ligados, poderá se traduzir em base para produzir mudanças na realidade. Não obstante, apesar da Divisão de Monitoramento, Avaliação e Informação relatar que acessa cotidianamente as informações do Sistema de Informação do MDS, esta não faz referência de como utiliza estes dados, também não expõe detalhadamente elementos quantitativos e qualitativos, que colaborem para a Gestão elencar propostas que visem a ampliação/implantação de serviços, programas, projetos e benefícios que visem a redução dos riscos e vulnerabilidades nos territórios identificados.

A Portaria nº 430 de dezembro de 2008, do Governo Federal, institui o Cadastro do Sistema Único da Assistência Social (CADSUAS), tornando-o um instrumento essencial de gestão, tendo em vista que é através dele que são detalhadas informações da Rede Socioassistencial, Órgãos Governamentais e trabalhadores do SUAS. Ressalta-se a importância de conhecer quais os agentes públicos e privados que compõem a rede socioassistencial, bem como sinalizar quem são os profissionais, trabalhadores do SUAS, que executam os serviços ofertados.

No Relatório Anual 2013 (FEIRA DE SANTANA, 2013), conforme informações contidas no Quadro 5, apesar de informar o uso destes sistemas, este uso não se traduz em análise apuradas da realidade que os dados trazem, assim como não expõe a produção de indicadores que sustentem o acompanhamento dos objetivos e metas dos serviços e programas desenvolvidos.

Filgueiras (2009, p. 151) corrobora com a necessidade de monitorar os processos no âmbito das políticas públicas, gerando indicadores para seu controle, quando afirma que “ao especificar ou definir um indicador, estamos definindo qual informação sobre o programa será relevante e necessária produzir.”

Na Política de Assistência, esta função é especificamente da Vigilância Socioassistencial, que deve ter claro os objetivos a serem alcançados com o processo de trabalho desenvolvido nas Unidades Operacionais, orientando a produção de informações e tendo como elemento norteador os indicadores sociais elencados.

O Registro Mensal de Atendimento (RMA) foi criado pela Secretaria Nacional de Assistência Social através de Resolução de Nº 4, em 24 de maio de 2011, e contempla “Parâmetros nacionais para o registro das informações relativas aos serviços ofertados nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS e Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS” (BRASIL, 2011b). O RMA atua como significativa ferramenta na produção de informações para a Vigilância, tendo em vista que sistematiza o atendimento prestado às famílias.

Diante da amplitude das responsabilidades citadas, infere-se que a Vigilância Socioassistencial é uma área extremamente importante para o aprimoramento da Política de Assistência Social. É nela que são produzidas, sistematizadas e analisadas as informações que darão subsídios à gestão para ampliar e qualificar a oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Sobre este aspecto, ressalta-se que

O processo de investigação da realidade e das vulnerabilidades e riscos sociais e pessoais presentes nos territórios não assume, assim, apenas o caráter quantitativo – baseado em levantamento de dados numéricos e na construção de indicadores e índices; mas exige o estabelecimento de relações, mediações e sistematizações que garantam a análise e interpretação desses dados, reveladores de novos modos de ler a realidade como totalidade (BRASIL, 2008b, p.34).

Nesta perspectiva, é tarefa basilar da Vigilância Socioassistencial produzir informações através de diagnósticos ampliados (dados estatísticos e escuta direta da opinião dos usuários dos serviços), identificando a necessidade da população e dimensionando a resposta da Política de Assistência Social frente a esta demanda, de modo a subsidiar os Planos de Assistência Social.

Salienta-se também a importância de coletar informações não somente das Unidades Operacionais que fazem parte da Rede Socioassistencial do município, mas inclusive, direto da população usuária dos serviços ofertados pela Política de Assistência Social.

É este público que pode melhor identificar como os serviços funcionam, sua efetividade, tendo em vista que tanto pode identificar as demandas a serem acrescentadas nos Planos de Assistência Social, como as falhas nos serviços em funcionamento.

Em síntese, o papel da Vigilância é o de: apoiar o planejamento das ações de busca ativa; colaborar no dimensionamento da necessidade de oferta de proteção social; contribuir para a interlocução entre setores e identificar a demanda potencial nos territórios, de modo a encontrar o equilíbrio entre oferta e a demanda por serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Diante do exposto, foram analisadas as informações expostas no Relatório Anual/2013 (FEIRA DE SANTANA, 2013) pela Divisão de Monitoramento, Avaliação e Informação sendo possível identificar algumas questões relevantes que estão em desacordo com as normativas que orientam a operacionalização da Política de Assistência Social.

3.2.3 A produção de informações realizada pelas equipes vinculadas a Proteção Social Básica (CRAS) e Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS)

No que tange a NOB/SUAS (BRASIL, 2005), a Proteção Social está subdividida em Básica e Especial, esta última em níveis de complexidade diferenciada em Média e Alta. A Proteção Social Básica é responsável de oferta de serviços, programas, projetos e benefícios às famílias que se encontra em situação de vulnerabilidade social. Esta oferta tem por objetivo a prevenção de situações de vulnerabilidade e risco às famílias referenciadas, nos territórios onde habitam. Por família referenciada a

NOB/SUAS (BRASIL, 2005, p. 23) conceitua “aquela que vive em áreas caracterizadas como de vulnerabilidade, definidas a partir de indicadores estabelecidos por órgão federal, pactuados e deliberados”.

A NOB/SUAS 2005 objetivava três aspectos no intuito de materializar a Vigilância Socioassistencial, para assim subsidiar o atendimento as demandas das famílias que necessitam de sua proteção:

- Identificar vulnerabilidades e riscos sociais que afetam diretamente as famílias, no sentido de fortalecer o caráter protetivo e preventivo da política de Assistência Social;
- Verificar os padrões de qualidade da Rede Socioassistencial;
- Identificar e subsidiar processos de cadastramento e certificação de entidades.

Entretanto, apesar da NOB/SUAS 2005 apontar aspectos essenciais para a materialização da vigilância socioassistencial, não deixava claro o papel da rede socioassistencial governamental e não governamental no que diz respeito à produção de informação.

Somente com a NOB/SUAS 2012 é que há um detalhamento com relação ao papel das proteções social básica e especial, evidenciando a função do CRAS, CREAS, Centro POP RUA e Rede Socioassistencial privada conveniada na produção de dados territorializados que possam se configurar em informações que subsidiem o planejamento das atividades. O CADÚNICO passa a ser também uma importante ferramenta para a produção de informações das famílias em risco e vulnerabilidade social.

Faz-se necessário, portanto, que as equipes vinculadas às proteções produza informações quantitativas/qualitativas e encaminhem para a Vigilância Socioassistencial de modo que, após a sistematização e análise dos dados, seja produzido um diagnóstico ampliado que permita a identificação das famílias que se encontram em maior vulnerabilidade, o que elas necessitam e em qual território estão. Esta informação qualificada permitirá que as equipes vinculadas às Unidades Operacionais da Política de Assistência Social tenham uma direção para sua atuação, ampliando as possibilidades de respostas às demandas identificadas.

A seguir, a partir dos quadros produzidos pelas equipes dos CRAS vinculados à SEDESO, que se referem à descrição das atividades desenvolvidas durante o ano de 2013, procede-se a análise mais aprofundada.

3.2.3.1 Análise das informações produzidas pelas equipes dos CRAS

O CRAS é considerado a porta de entrada das famílias para acesso à Política de Assistência Social. A esta Unidade Operacional cabe promover a oferta de serviços que interfiram positivamente na vida das famílias, promovendo a sua emancipação e prevenindo situações de insegurança social.

O Quadro 6 permite a visualização das ações desenvolvidas pela equipe do CRAS A no ano de 2013. De acordo com o Relatório Anual (FEIRA DE SANTANA, 2013), estas ações foram divididas em Programa, Atividades realizadas e quantidade de atendimentos. No campo Programa, são descritas as atividades realizadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias (PAIF), Eventos e Reuniões.

Quadro 6: CRAS A

PROGRAMA	ATIVIDADES REALIZADAS	ATENDIMENTOS
PAIF	Atendimentos para demandas espontâneas	2.289
	Grupo de crianças de 0 a 6	277
	Grupo de crianças de 6 a 15	392
	Grupo de crianças de 15 a 17	157
	Grupo de mulheres	73
	Grupo de Idosos	22
Eventos	Dia das mães	60
	18 de maio	30
	Pré-conferência de políticas de promoção da igualdade racial	52
	IX Pré-Conferência Municipal de Assistência Social	179
	Festejos juninos	180
	Dia da vovó	15
	Participação das crianças e adolescentes do SCFV/CRAS em diversas atividades: "Projeto Cinema nos Bairros e participação na apresentação teatral do CUCA (peça "Só Depende de Nos"), palestra no PSF.	153
	Novembro Negro	92
Reuniões	Comemoração do Dia da Criança	200
	Reunião com os microempresários do Bairro Aviário com o CRAS para apresentar os Serviços ofertados e equipe do Programa VIVER MELHOR do governo do estado.	15
	Reuniões diversas: Secretário de Habitação, Secretário de Desenvolvimento Social e moradores da Ocupação Chico Pinto (42); Reunião com os moradores da Ocupação Chico Pinto para cadastramento (89).	143
	Reunião com técnicos do Programa Convivência Social e Cidadania - MCMV	13
TOTAL		4.342

Fonte: Relatório Anual/2013 (FEIRA DE SANTANA, 2013)

O Quadro 6 indica que foram realizados 4.243 atendimentos, sendo 2.289 demandas espontâneas, ou seja, busca do serviço pela população espontaneamente. Além disso, afirma que 921 pessoas foram atendidas através das oficinas previstas no PAIF (grupos de crianças, adolescentes, idosos, mulheres).

Percebe-se a partir dos dados informados que existe uma grande demanda sendo atendida pela Proteção Social Básica no CRAS A. Contudo, os dados não permitem identificar os resultados concretos deste atendimento, a ênfase da informação é dada no aspecto quantitativo em detrimento do qualitativo. Salienta-se também que no PAIF, além do atendimento, deve-se buscar o acompanhamento dessas famílias, de forma a garantir aquisições que ampliem a sua perspectiva de vida.

No que se refere a “Comemoração do Dia da Criança” informada no Quadro 4, a atividade está incluída no campo de Reuniões, quando deveria estar contemplada nas atividades vinculadas aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que é voltado a crianças e adolescentes, conforme referenciado na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009b).

A Resolução de nº 109, de 11 de novembro de 2009, que regulamenta a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, apresenta a Proteção Social Básica composta por três Serviços: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Dentre estes, o PAIF se constitui elemento importante na Política de Assistência Social no modelo SUAS, tendo em consideração que é através deste serviço que o Estado materializa a proteção social às famílias nos territórios onde estas vivem.

Respalhada constitucionalmente no art. 203, I, e no art. 226 (BRASIL, 1988), esta proteção deve se manifestar no atendimento e acompanhamento das famílias através do trabalho social operacionalizados pelas equipes dos CRAS. Este deve ter em perspectiva a proatividade, a prevenção a riscos e a compreensão do desenvolvimento das atividades no âmbito do território, tendo por objetivo precípuo garantir o acesso a direitos, de maneira a promover a melhoria na qualidade de vida destas famílias.

Salienta-se que a proposta atual dos SCFV é a de complementar as ações voltadas às famílias, em especial

às crianças, aos adolescentes e as pessoas idosas, fortalecendo o princípio da gestão descentralizada entre os entes e o respeito à diversidade das características de organização do trabalho grupal realizado com o público da Assistência Social em cada território (BRASIL, 2013a, p. 2).

No Quadro 7 verifica-se a distinção entre as atividades realizadas pelo PAIF e os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Ressalta-se a falta de clareza em relação à distinção das ações socioeducativas destinadas ao público do SCFV. Também não são informadas as ações realizadas com idosos, o que no mínimo é preocupante, tendo em vista que este segmento está incluído nas novas configurações do SCFV.

Quadro 7: CRAS B

PROGRAMA	ATIVIDADES REALIZADAS	ATENDIMENTOS
SCFV 15 a 17 anos	Atividades esportivas	30
	Ações educativas com os pais	40
	Palestra (debate os direitos e deveres dos adolescentes) .	70
	Palestra (o primeiro emprego), tendo como palestrante uma Administradora de Empresas.	80
	Atividades esportivas	20
	Ações educativas com os pais	25
	Atividades culturais	50
SCFV 12 a 14 anos	Atividades esportivas	35
	Atividades culturais	35
	Oficinas de salgados	35
SCFV 02 a 06 anos	Atividades esportivas	20
	Ações educativas com os pais	60
	Atividades culturais	110
	Atividades esportivas	40
	Oficinas de salgados	60
	Atividades culturais	80
	Palestras	56
Grupo de Mulheres	Palestra (Hipertensão na terceira idade).	60
	Palestra (Estatuto do Idoso)	80
Evento	IX Pré-Conferência Municipal da Assistência Social	70
Palestra	Novembro Negro	110
PAIF	Famílias em Acompanhamento pelo PAIF	846
	Total de atendimentos individualizados	1.222
	Famílias encaminhadas para inclusão no CADÚNICO	202
	Famílias encaminhadas para atualização cadastral PBF	82
	Indivíduos encaminhados para o BPC	30
	Famílias encaminhadas para o CREAS	35
TOTAL		3.583

Fonte: Relatório Anual/2013 (FEIRA DE SANTANA, 2013)

Nas atividades relacionadas pelo CRAS B no Quadro 7, é acrescentado um aspecto ligado a geração de renda descrito como “Oficina de salgados”. Saliencia-se

que na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais - Resolução 109/2009 (BRASIL, 2009b) - não há referência que indique a realização das oficinas de geração de renda diretamente nas Unidades Operacionais da Política de Assistência Social, ao contrário, esta Resolução sinaliza que deve haver uma articulação do CRAS com a Rede Socioassistencial de modo a que as famílias sejam inseridas em “Programas e projetos de preparação para o trabalho e de inclusão produtiva” (BRASIL, 2009b, p. 9).

Neste sentido, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL 2009b) descreve em seu texto que o Trabalho Social das equipes dos CRAS com as famílias que estão inseridas no PAIF devem estar baseados nas seguintes atribuições:

Acolhida; estudo social; visita domiciliar; orientação e encaminhamentos; grupos de famílias; acompanhamento familiar; atividades comunitárias; campanhas socioeducativas; informação, comunicação e defesa de direitos; promoção ao acesso à documentação pessoal; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania; conhecimento do território; cadastramento socioeconômico; elaboração de relatórios e/ou prontuários; notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social; busca ativa (BRASIL, 2009b, p. 7-8).

Ressalta-se que, a partir da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009) há uma organização do SCFV por faixa etária. Isso ocorre objetivando a prevenção a situações de risco ligadas ao ciclo de vida dos seguintes segmentos: Crianças até 6 anos Crianças; Adolescentes de 6 a 15 anos; Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos e Pessoas Idosas (acima de 60 anos).

Quadro 8: CRAS C

PROGRAMA	ATIVIDADES REALIZADAS	ATENDIMENTOS
PAIF	Atendimento Individualizado	1.742
	Visitas Domiciliares	342
	Visitas Recadastramento SIMAC O QUE É?	172
	Encaminhamentos	129
SCFV	SCFV para mulheres	30
	SCFV para idosos	15
	SCFV para crianças de 0 a 6 anos	18
	SCFV para crianças de 7 a 13 anos (PETI)	30
	SCFV para adolescentes de 14 a 17 anos	5
	SCFV Colônia de Férias	20
	SCFV Baile de Máscaras (PETI)	25
Eventos	Semana de Combate à Dengue (PETI)	25
	Comemoração Dia da Mulher	15
	Comemoração da Páscoa	30
	Baile de Máscara	20
	Dia das Mães	150

	Pré-Conferência de Promoção da Igualdade	27
	Pré-Conferência da Assistência Social	100
	Feira de Saúde da Criança e do adolescente (PETI)	20
	Festa de São João	20
	Dia da Vovó	30
	Gincana Estudantil (PETI)	32
	Dia do Folclore (PETI)	45
	Cinema na Praça (PETI)	15
	Feira do Livro (PETI)	13
	Expofeira (PETI)	19
	Dia das Crianças	120
	Feira de Saúde	40
	Dia da Consciência Negra	60
	TOTAL	3.309

FONTE: Relatório Anual/2013 (FEIRA DE SANTANA, 2013)

É possível identificar no Quadro 8, repetindo um padrão nos outros quadros analisados, uma fragilidade na concepção das atividades que fazem parte das atribuições do PAIF e do SCVF, quando inclui atividades que podem ser consideradas integrantes das ações destes Serviços no campo de Eventos, a exemplo do Baile de Máscaras, Dia das Mães, Dia da Vovó, Dia das Crianças, Cinema na Praça, dentre outros.

As atividades planejadas pelas equipes do CRAS para as famílias e seus componentes nas diversas faixas etárias apresentadas (mais uma vez ausente o segmento idoso), devem objetivar a prevenção a riscos e vulnerabilidades e trabalhar com os temas/conteúdos necessários ao cumprimento de modo criativo, utilizando metodologia apropriada.

Neste sentido, Couto, Yazbek e Raichelis (2010, p. 56) destacam que

As metodologias de atendimento às famílias precisam ser revistas. Apesar dos avanços teóricos na compreensão dessa temática, o padrão burguês de funcionamento familiar continua a pautar a forma de compreender a tarefa de atender as famílias.

Os Serviços ofertados devem estar amparados numa metodologia que fuja dos padrões conservadores da sociedade e seja pautada na investigação mais aprofundada da realidade das famílias que os utilizam, tendo em conta inclusive no desenvolvimento de suas atividades a questão intergeracional.

As informações contidas no Quadro 9 apontam que não há uma padronização das ações realizadas pela Proteção Social Básica no âmbito dos CRAS, tendo em vista que, ao contrário do CRAS A e B, o CRAS C e D informam que realizam “Visitas domiciliares” e “Visita Institucional”, bem como visitas às famílias do PBF e busca ativa

às famílias eu se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social. Este é um dado importante, pois é função das equipes do CRAS realizar a busca ativa e realizar acompanhamento social às famílias que se encontram em vulnerabilidade social no seu território de abrangência. Além disso, para melhor responder às demandas das famílias, devem ser realizados encaminhamentos sociais à Rede Socioassistencial e às demais Políticas Públicas, considerando que a Política de Assistência Social de forma isolada não tem como enfrentar as diversas expressões da questão social que acomete estas famílias.

QUADRO 9: CRAS D

PROGRAMA	ATIVIDADE	ATENDIMENTOS
Grupo de convivência e fortalecimento de vínculos de Jovens e adolescentes de 14 a 17 anos	Atividades esportivas	25
	Atividades culturais (Percussão, Capoeira)	35
	Orientação Educacional	1
	Ações educativas com os pais	22
SCFV de 06 a 14 anos (PETI)	Atividades esportivas	75
	Atividades culturais - Projetos	75
	Orientação Educacional	75
	Ações educativas com os pais	45
Grupo de convivência e fortalecimento de vínculos para mulheres	Atividades esportivas	15
	Atividades culturais - Projetos	30
	Discussão de temas	25
Grupo de convivência e fortalecimento de vínculos para Idosos	Atividades esportivas	05
	Atividades culturais - Projetos	25
	Discussão de temas	30
Visitas domiciliares	Visitas	905 Famílias
Visita Institucional	Visitas	79
Programa Bolsa Família	Visitas (Encaminhamentos novos)	157 Famílias
PBF recadastramento	Recadastramento	1.581 Famílias
CREAS	Encaminhamentos	32
Centro de Referência da Mulher	Encaminhamentos	03
INSS	Encaminhamentos	38
Balcão de Justiça (SEPREV)	Encaminhamentos	27
Balcão de Justiça (FAT/FAN)	Encaminhamentos	04
SMTT	Encaminhamentos	06
CAPSi	Encaminhamentos	12
CAPSad	Encaminhamentos	06
CAPS II	Encaminhamentos	18
CAPS III	Encaminhamentos	07
Secretaria de Habitação	Encaminhamentos	33
Conselho Tutelar II	Encaminhamentos	18
Casa do Trabalhador	Encaminhamentos	102
Ministério Público	Encaminhamentos	07
Busca Ativa	Encaminhamentos	80
SAC / Documentação	Encaminhamentos	140
TOTAL		3.738

Fonte: Relatório Anual/2013 (FEIRA DE SANTANA, 2013)

Sobre esta questão, Yazbek e colaboradores (2010, p. 165) informam que “em estudo realizado pelo Cress-SP” uma das atividades mais citadas inclui a de oferta de “Cursos, projetos de capacitação e geração de renda”, sendo a questão relacionada a busca ativa das famílias em risco e vulnerabilidade, elemento importante na Proteção Social Básica, não aparece como prioridade, tendo em vista a quantidade desproporcional entre número de trabalhadores do SUAS nas equipes e quantidade de demandas a serem atendidas.

Os CRAS A, B, C tem um elemento comum importante para o aprimoramento do SUAS, que é o estímulo a participação das famílias em espaços de controle social, a exemplo da Pré Conferência Municipal de Assistência Social realizada em 2013 e no CRAS E (Quadro 10), a Pré Conferência da Igualdade Racial. Sobre controle social, Souza (2006, p. 82) discorre

O controle social não é apenas uma lei geral por um direito adquirido. Trata-se de potencializar a criatividade da sociedade civil na elaboração das políticas públicas, uma vez que é ela quem percebe no cotidiano dos serviços prestados a efetividade ou não das suas políticas, e principalmente as lacunas deixadas pelos serviços públicos.

Este conceito é de extrema importância para a sociedade e deve ser trabalhado com o público do CRAS, tendo em vista que são usuários diretos da Política de Assistência Social e devem expressar sua opinião sobre os serviços ofertados, para que possam contribuir para o aprimoramento desta política e de outras, a exemplo da Saúde, Educação, dentre outras.

QUADRO 10: CRAS E

PROGRAMA	ATIVIDADES REALIZADAS	ATENDIMENTOS
PAIF	Dramatização sobre a Independência do Brasil	7
	Atividade sobre Meio Ambiente	24
	Mês da Criança	159
	Dia do Professor	10
	Palestra Prevenção a Dengue	75
	Reciclagem: sua importância e confecção	58
	Palestra sobre saúde bucal no Sesc	15
	Educação física, esporte e dança	263
	Semana da Pátria	74
	Palestra sobre Consciência Negra	109
	Caminhada contra Dengue	8
	Atividade com filme Kiritú	43
	Aula de informática no centro digital	11
	Dia do Amigo	17
	Passeio: Exporfeira e Sesc	77
EVENTO	Consciência Negra	37

	Pré conferencia Igualdade Racial	26
	Novembro Negro (06/11/2013)	84
	Oficina de reciclagem	59
	Comemoração do dia da Avó	8
	Comemoração do dia do Idoso	34
REUNIÃO	Reunião para ajustes da comemoração do Novembro Negro	10
PASSEIO	Roda de Conversa: “Estatuto do Idoso”	16
	Oficina de música	271
TOTAL		1495

Fonte: Relatório Anual/2013 (FEIRA DE SANTANA, 2013)

Na descrição das atividades do CRAS E no Quadro 10, não é possível identificar a materialização das proteções que devem ser garantidas às famílias através do PAIF, tendo em vista que não há uma descrição das atividades pontuais elencadas.

Há uma falha identificada na informação do Quadro 10, quando inclui no campo “PASSEIO” atividades de “Roda de Conversa: Estatuto do Idosos” e “Oficina de música” (FEIRA DE SANTANA, 2013, p. 24). Isto indica que tanto o CRAS não teve o cuidado na seleção e revisão das atividades descritas no decorrer de 2013, como a área responsável pela Vigilância Socioassistencial não questionou estes dados quando foi sistematizá-los e analisá-los, como é de sua competência, conforme estabelecida na NOB/SUAS 2012.

Destarte, vale salientar que quando se fala em proteções objetivamente significa “prestar à população, como dever do Estado, um conjunto de benefícios e serviços que lhe é devido, em resposta às suas necessidades sociais.” (PEREIRA, 2000, p. 187). Nesta direção, portanto, deve-se ter em conta quais são de fato as demandas das famílias atendidas pela Política de Assistência Social para ter como prestar um serviço que permita respostas qualitativas nas suas vidas.

A partir da análise do Relatório Anual - exercício de 2013 no tocante às informações produzidas pelas equipes da Vigilância Socioassistencial e dos CRAS foi possível identificar alguns aspectos:

- Não existe uma padronização na coleta de informações, a Vigilância Socioassistencial e os CRAS analisados apresentam informações incipientes que não tem qualidade para subsidiar as decisões da gestão, com ênfase no atendimento e não no acompanhamento das famílias;
- As informações são exclusivamente de cunho quantitativo, sem a preocupação com a dimensão qualitativa em relação aos números apresentados;

- O trabalho social realizado pelas equipes dos CRAS com as famílias e descrito no Relatório Anual 2013 (FEIRA DE SANTANA, 2013) não apresenta informações que indiquem o que de fato está sendo desenvolvido pelas equipes na perspectiva do cumprimento da orientação da Tipificação Nacional de serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009b). Salientando que, se o trabalho social for desenvolvido de forma equivocada, se refletirá na fragilização também da materialização da Política de Assistência Social.

Ressalta-se que, os CRAS, porta de entrada das famílias na Política de Assistência Social, devem encaminhar informações quantitativas e qualitativas que dêem condições da Vigilância Socioassistencial realizar um diagnóstico das famílias que se encontram desprotegidas socialmente. Estas informações subsidiarão a necessidade de implantar, potencializar, ampliar os serviços, programas, projetos e benefícios a serem ofertados às famílias que demandam ações efetivas por parte da Assistência Social.

Por outro lado, a Vigilância Socioassistencial deve estabelecer um padrão para a coleta das informações de modo a que possa monitorar como estão sendo desenvolvidos os serviços, programas, projetos e benefícios. Além disso, este setor deve produzir indicadores sociais que mensurem a oferta da Política de Assistência.

Ora, se a Vigilância Socioassistencial é responsável pela produção de informações de modo a identificar as demandas e qualificar a oferta, a equipe deve ter a compreensão sobre a padronização dos dados coletados e sua posterior análise e estes devem estar expostos no Relatório Anual de Gestão, de maneira a que possam subsidiar a gestão na tomada de decisões.

Sobre este aspecto, Couto (2009, p. 213) afirma que

A NOB/Suas aponta claramente que o plano de Assistência Social, o orçamento, o monitoramento, a avaliação e a gestão da informação e o relatório anual de gestão constituem-se em instrumentos privilegiados de gestão.

Tapajós (2009, p. 316) reforça a importância da geração de informação e conhecimento através do Sistema Nacional de Informação, explicitando como responsabilidade institucional no âmbito municipal “cofinanciar a implantação e

garantir o funcionamento do sistema; alimentar e responsabilizar-se pela fidedignidade das informações do sistema”.

Os dados analisados no Relatório Anual 2013 (FEIRA DE SANTANA, 2013) apontam para uma fragilidade na compreensão da lógica dos serviços ofertados, tendo em vista que não expõem informações que indiquem detalhadamente o trabalho desenvolvido pelos CRAS e pelas instituições que integram a Rede Socioassistencial, descrevendo somente os serviços, alguns sinalizando dados quantitativos, sem, entretanto, demonstrar os resultados obtidos, bem como apresentando confusão na compreensão das atividades prestadas (oficina, evento e passeio).

Isto é grave, pois o moderno pode, muitas vezes, estar camuflado no tradicional, reforçando a oferta de Proteção Social na antiga lógica da benemerência. Assim, faz-se necessária uma melhor compreensão da lógica que permeia a Política de Assistência Social, de modo que as equipes ligadas à Gestão municipal possam proporcionar informações concretas que permitam o investimento na qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios ofertados na perspectiva do direito social, garantido constitucionalmente.

3.2.3.2 Análise das informações produzidas pelas equipes dos CREAS

A Proteção Social Especial envolve o acolhimento das famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, a exemplo de abuso sexual, trabalho infantil, maus tratos, situação de rua, dentre outros. Esta Proteção está dividida em Média e Alta Complexidade.

A PNAS (BRASIL, 2004) direciona as ações da Proteção Social Especial de Média Complexidade para as famílias e indivíduos que tiveram os seus direitos transgredidos, mas ainda possuem vínculos familiares e comunitários. É materializado através do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e disponibilizado através dos CREAS. Já a Alta Complexidade diz respeito a famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados e cujos vínculos e familiares e comunitários foram rompidos.

Neste estudo foram analisados os dados contidos no Relatório Anual 2013 (FEIRA DE SANTANA, 2013) que se referem a Proteção Social Especial. Nesta direção, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009b, p. 20), o trabalho social desenvolvido pela equipe dos CREAS,

Unidades Operacionais da Proteção Social Especial de Média Complexidade, deve garantir

Proteção social proativa; conhecimento do território; informação, comunicação e defesa de direitos; escuta; orientação e encaminhamentos sobre/para a rede de serviços locais com resolutividade; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; geoprocessamento e georeferenciamento de informações; elaboração de relatórios.

No Relatório Anual 2013 (FEIRA DE SANTANA, 2013) foi identificada a existência de quatro CREAS de atendimento ao público com perfis diversificados (criança, adolescente, idoso, dentre outros) e dois CREAS voltados a públicos específicos: Centro POP Rua, que atende a pessoas em situação de rua e o Centro de Referência da Mulher Maria Quitéria, cujo atendimento está voltado para mulheres que sofrem ou sofreram violação de direitos no tocante a violência doméstica. Das seis Unidades Operativas da Proteção Social Especial de Média Complexidade - CREAS identificados no Relatório Anual foram analisados os dados informados pelas equipes de três CREAS.

Nos relatos expostos pelas equipes dos CREAS, a maioria dos quadros apresenta um padrão na produção da informação, bem como há uma tentativa tênue de análise dos dados quantitativos informados conforme pode ser visualizado no Quadro 11 a seguir (FEIRA DE SANTANA, 2013).

QUADRO 11: CREAS F

DADOS PARA VIGILANCIA SOCIOASSISTENCIAL	
Descrição dos Serviços	Quantificação
Novos casos (crianças e adolescentes)	79
Novos casos de idosos	51
Novos casos de pessoas com deficiência	03
Total de famílias em atendimento no mês de referência	153
Total de atendimentos psicossociais gerados (individual)	356
Total de atendimentos psicossociais gerados (Familiar)	133
Total de entrevistas sociais	293
Total de Visitas Domiciliares	281
Total de Visitas Institucionais	92
Total de grupos/oficinas	27
Total de pendências (visitas domiciliares e institucionais)	63
Total de Evasão no mês de referência	34
Total de encaminhamentos	34
Atendimentos Jurídicos – sociais Total de encaminhamentos	26

Fonte: Relatório Anual/2013 (FEIRA DE SANTANA, 2013)

Os dados expostos no Quadro 11 referentes ao número de novos casos de crianças e adolescentes (79), de idosos (51) e de pessoas com deficiência (03), indica que existe uma necessidade de acompanhamento destas situações. A visita social é uma das técnicas utilizadas para conhecer a realidade dos indivíduos e/ou famílias mais próximo da realidade onde vivenciam as dificuldades de enfrentamento do cotidiano (AMARO, 2007).

O CREAS F (FEIRA DE SANTANA, 2013, p. 36) indica a compreensão do trabalho a ser desenvolvido pela Unidade Operacional quando afirma que

Para o exercício das atividades no CREAS, os serviços ofertados são desenvolvidos de modo articulado com a rede de serviços da Assistência Social, órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas. A articulação no território é fundamental para fortalecer as possibilidades de inclusão dos indivíduos e seus familiares em uma organização de proteção que possa contribuir para a reconstrução da situação vivida. Sendo que a efetividade dos atendimentos e orientações aos usuários do programa acontece através da articulação com rede de serviços socioassistenciais oferecidas pelo município.

Aponta também as dificuldades presentes no seu processo de trabalho e que obstaculizam a realização desta articulação (FEIRA DE SANTANA, 2013, p. 36) conforme pode ser visualizado no texto a seguir.

É necessário que haja um planejamento com relação à escala dos carros, para que possamos desenvolver as atividades de competência do equipamento, uma capacitação para a equipe técnica, como também para os cargos de gestão. Outro ponto importante é um curso de capacitação que possibilite a equipe técnica adquirir métodos de abordagens, tendo em vista que o público alvo do equipamento é de média complexidade e vivem em situações de risco pessoal e social por ocorrência de negligência, abandono, ameaças, maus tratos, violência física/psicológica/sexual, discriminações sociais (CREAS G, FEIRA DE SANTANA, 2013, p. 36).

Salienta-se que esta situação de insuficiência de recursos que garantam o desenvolvimento qualitativo dos serviços nas Unidades Operadoras da Assistência Social é recorrente em todos os espaços pesquisados (Vigilância Socioassistencial, CRAS e CREAS), o que dificulta o desenvolvimento dos serviços com a qualidade exigida pelas normativas que norteiam a Política de Assistência Social.

Outra questão importante destacada na exposição do CREAS F, foi a necessidade capacitação para a equipes, tendo em vista que precisam ser continuamente atualizados. A NOB-RH/SUAS (BRASIL, 2006) que normatiza os

aspectos ligados aos recursos humanos no SUAS, já previa a necessidade de implantar uma Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único da Assistência Social – PNEP/SUAS. Esta Política foi instituída recentemente, através da Resolução CNAS N° 4, de 13 de março de 2013, com o objetivo de atualizar os conhecimentos dos trabalhadores do SUAS de modo a qualificar a sua atuação na Assistência Social.

No Quadro 12, chama a atenção, a significativa quantidade de visitas domiciliares realizadas pela equipe do CREAS G em busca ativa.

QUADRO 12: CREAS G

DADOS PARA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL	
Descrição dos serviços	Quantificação
Novos casos (crianças e adolescentes) durante o mês de referência	90
Novos casos de Idosos	14
Novos casos de Pessoas com deficiência	6
Atendimento Social Individual e Familiar	213
Atendimento Psicossocial Familiar/individual	180
Acolhimento e Orien. (demandas que não são específicas do CREAS)	55
Visitas Domiciliares	225
Visita Institucional	45
Encaminhamentos para a Rede	36
Elaboração de Estudo Social	1
*Participação em Eventos	13
Atendimentos Psicossociais em Grupo (Crianças, adolescentes, idosos, familiares)	3
Supervisão de Projeto de Intervenção (Serviço Social)	3
Estudos de Casos	40
Orientação Jurídica	132
Confecção de peças processuais e assessoria de relatórios endereçados ao Juiz da Vara da Infância e Juventude, Vara da Família.	13
Atividades Socioeducativos (Grupos de Artes, Leitura de Mundo)	74
Visitas Domiciliares (Educadoras Sociais) – Busca Ativa	105
Visitas Institucionais (Escolas, Conselho Tutelar, Policlínica)	48
Reuniões com a Equipe Técnica	11

Fonte: Relatório Anual/2013 (FEIRA DE SANTANA, 2013)

Isto indica o uso de uma importante técnica de aproximação dos indivíduos e famílias acompanhadas neste espaço e que estão em situação de violação de seus direitos. A busca ativa faz parte de uma estratégia desenvolvida pela equipe do Serviço Especializado em Abordagem Social “que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras” (BRASIL, 2011a, p. 49). Salienta-se que, este Serviço pode ser operacionalizado pelo CREAS ou em outra instituição que seja referenciada ao CREAS.

Por outro lado, causa preocupação o número reduzido de estudos de caso realizados do decorrer do ano de 2013, tendo em vista é reportado a entrada de 110 pessoas (idosos, pessoas com deficiência e crianças e adolescentes) no CREAS G. Este dado é preocupante, tendo em vista que dois 110 casos novos atendidos, somando aos casos já existentes na Unidade, somente 40 foram estudados pela equipe de forma mais amíúde. Não se garante Proteção Social Especial, ou seja, retorno a perspectiva de direitos aos que já sofreram violações neste âmbito, sem o estudo minucioso do caso. A partir dos dados analisado nos quadros F e G, infere-se que este aspecto do trabalho das equipes nas Unidades de oferta da Proteção Social especial de Média Complexidade está sendo negligenciado.

Outro aspecto importante a ser destacado é a breve referência a articulação em rede que é exposta no CREAS F e G, quando citam realizar “visitas institucionais”. Neste sentido, Yazbek e colaboradores (2010, p. 186) afirmam que “o funcionamento dos serviços em rede é um dos desafios no processo de consolidação do Suas, questão que emerge independente do nível de proteção”.

Salienta-se que as equipes dos CREAS F e G informam no Relatório Anual 2013 (FEIRA DE SANTANA, 2013) além dos quadros onde expões os dados quantitativos, trazem breves relatos que denotam uma aproximação com o aspecto qualitativo da informação. Contudo, ainda têm muito que evoluir em suas análises para que de fato possam colaborar com a produção qualificada de informações que subsidiem a gestão da Política de Assistência Social no âmbito municipal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisou-se neste estudo as informações produzidas pela Vigilância Socioassistencial, em de Feira de Santana, Bahia vem possibilitando o aprimoramento do modelo de gestão consolidado pela Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS (BRASIL, 2012), promovendo assim a efetivação da Política de Assistência Social.

É incontestável a afirmação sobre os avanços ocorridos nos últimos anos em relação à política de Assistência Social no Brasil. O modelo de operacionalização da Política de Assistência baseado num sistema único, o SUAS, foi uma conquista relevante no sentido de ampliar o acesso da população aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em todas as regiões do país.

Contudo é salutar lembrar que a política de Assistência Social no âmbito do SUAS ainda não atingiu a qualidade esperada na disponibilização de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, tendo em vista que sua oferta deve se traduzir em uma melhoria na vida das famílias para os quais se destinam. Neste sentido, torna-se imperativo que os gestores municipais se sensibilizem quanto à necessidade de investir em recursos que contribuam para o aprimoramento da política de Assistência Social.

Quando se fala em recursos, não se remete somente ao investimento na área da Vigilância Socioassistencial, mas também ao uso da informação, monitoramento e avaliação, apesar destes serem ferramentas gerenciais importantes para a ampliação da qualidade dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados às famílias que demandam a Assistência Social. Antes, se trata do reconhecimento da importância de investimento do poder público em recursos humanos, conforme preconiza a NOB-RH/SUAS (2006), e defende-se o investimento em equipamentos, ajuste do espaço, dentre outros, para que as equipes tenham condições adequadas para a realização do seu trabalho.

Cabe também reforçar a importância da Vigilância Socioassistencial na produção e sistematização das informações no âmbito territorial, para que estas subsidiem as decisões da Gestão municipal de Assistência Social, bem como no monitoramento das ações executadas, de modo a avaliar a qualidade dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais disponibilizados à população.

Nesta dissertação discorreu-se sobre a utilização apropriada da informação, monitoramento e avaliação, consideradas ferramentas fundamentais para o aprimoramento da Gestão Municipal da Política de Assistência. Identificou-se que as informações produzidas pelas equipes da Vigilância Socioassistencial, dos CRAS e CREAS são frágeis, focadas nos aspectos quantitativos, sem a devida sistematização e análise que permitam uma informação qualitativa. Além disso, foi possível identificar que:

- Não há um padrão na coleta de informações, estas sendo apresentadas de forma incipientes, sem condições de dar subsídio às decisões da gestão;
- Existem discrepâncias nos dados apresentados, o que demonstra o pouco cuidado com que as informações são registradas;
- A ênfase no processo de trabalho das equipes dos CRAS e CREAS está no atendimento e não no acompanhamento das famílias, o que viola as orientações contidas nas Normativas da Política de Assistência Social;
- Não são realizados estudos ampliados que permitam o conhecimento dos territórios para se identificar quem são as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social;
- Diante da fragilidade dos dados fornecidos, percebeu-se que não se realiza um monitoramento criterioso que permita mensurar a qualidade dos serviços ofertados e avaliá-los de modo aprimorá-los.

A partir da análise do Relatório Anual 2013 (FEIRA DE SANTANA, 2013), pode-se afirmar que a Gestão da Política de Assistência em Feira de Santana ainda tem muito a percorrer no que tange à área da Vigilância Socioassistencial, campo de produção e sistematização de informações, monitoramento e avaliação. Sem o trabalho efetivo desta área não há como subsidiar a Gestão na identificação, planejamento e oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como não há como mensurar a sua qualidade.

À guisa de contribuição, sugere-se que sejam estabelecidas metodologias, rotinas e indicadores, de modo a corrigir as fragilidades evidenciadas, bem como seja elaborada uma matriz padrão de coleta das informações fornecidas pelo CRAS e CREAS.

Reforça-se que, este estudo buscou demonstrar a importância da Vigilância Socioassistencial para o aprimoramento da Política de Assistência Social, pois se compreende esta área como primordial para que as decisões sejam tomadas na esfera municipal desta política. Salienta-se que a Gestão deve ter acesso a informações confiáveis, que possibilitem uma visão abrangente dos serviços, programas, projetos e benefícios ofertados, de modo que possa decidir o que fazer, como fazer e quando fazer, diante das demandas identificadas.

Enfim, o trabalho é árduo, mas necessário, se o que se pretende de fato é atuar no sentido de aprimorar a Gestão municipal no âmbito da Política de Assistência Social. Este aprimoramento deve se traduzir em identificação mais específica, através de diagnósticos territorializados. Nesta direção, os referidos diagnósticos permitirão à Gestão visualizar a qualidade das ações desenvolvidas pelas equipes das Unidades operacionais da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, bem como a necessidade de ampliação da oferta e da qualidade desta Proteção Social à população que se encontra vulnerável e em risco social.

REFERÊNCIAS

- AMARO, Sarita. Visita **domiciliar**: guia para uma abordagem complexa. 2.ed. Porto Alegre: AGE, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2ª edição. São Paulo: Cortez, Campinas (SP), 2003.
- BAPTISTA, Myriam Veras. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras Editora; Lisboa: CPIHTS, 2000.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo . Lisboa: Edições 70, 1977.
- BATTINI, Odária et al (Org.). **SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate**. São Paulo: Veras Editora; Curitiba, PR:CIPEC, 2007.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. **Trabalho e Seguridade Social**: o neoconservadorismo nas políticas sociais. In: BEHRING, E. R.; ALMEIDA, M. H. T. (orgs.). Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas. São Paulo: Cortez, 2008.
- BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social no Brasil**: um direito entre originalidade e conservadorismo. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social** - Lei nº 8. 742. Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília, 1993.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 38/2002 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº. 1 a 6/1994. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: MDS\SNAS, 2004.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB\SUAS)**. Brasília: MDS\SNAS, 2005.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema de Assistência Social (NOB-RH\SUAS)**. Brasília: MDS\SNAS, 2006.
- _____. **Catálogo de indicadores de monitoramento dos programas do MDS**. Brasília, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome, 2007.

_____. **SUAS: configurando os eixos da mudança.** In: CapacitaSuas, v.1, São Paulo: IEE\PUC-SP, Brasília:MDS, 2008a.

_____. **SUAS: configurando os eixos da mudança.** In: CapacitaSuas, v.3, São Paulo: IEE\PUC-SP, Brasília:MDS, 2008b.

_____. **Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009a.

_____. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.** Brasília, 2011a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social. Resolução Comissão Intergestora Tripartite (CIT) de Nº 4, em 24 de maio de 2011. **Parâmetros nacionais para o registro das informações relativas aos serviços ofertados nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS e Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS,** Brasília, 2011b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 17,** de 20 de junho de 2011. Ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, 2011c.

_____. **Lei 12.435 de 6 de julho de 2011,** que altera a Lei nº 8. 742 de 7 de dezembro de 1993. Brasília, 2011d.

_____. **Vigilância Socioassistencial: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, MDS/IEE da PUC-SP, 2013a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial.** Brasília, 2013b.

_____. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. **Resolução CNAS nº33/2012,** publicada em 03 de janeiro de 2013, Brasília, 2013c.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. PASSO A PASSO. Brasília, abril de 2013d.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis : Vozes, 1998.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede** . A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993.

COLIN, Denise Arruda; SILVEIRA, Jucimeire Isolda. Serviços socioassistenciais: referências preliminares na implantação do SUAS. In: BATTINI, Odária (Org.). **SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate**. São Paulo: Veras, 2007.

COUTO, Berenice Rojas. O Sistema Único de Assistência Social: uma nova forma de gestão da assistência social. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

COUTO, Berenice Rojas; Yazbek, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas et al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade e movimento**. São Paulo, Cortez, 2010, p. 56.

DRAIBE, Sônia Míriam. **As Políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas**. In: IPEA/IPLAN. Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília, 1990.

_____. **Brasil: o sistema de proteção social e suas transformações recentes**. Santiago: Nações Unidas, 1993.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução de Maria Isaura P. Queiroz. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FEIRA DE SANTANA. **Relatório Anual 2013**. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDESO), 2013, 99 páginas.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. Gestão estratégica de programas sociais. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAM, Christopher; HILL, Michael. **O processo de elaboração de políticas no estado capitalista moderno**. 2. ed. Londres, 1993. Traduzido por Renato Amorim e Renato Dagnino, UNICAMP, s/a.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 março 2015.

JACCOUD, Luciana. Proteção Social no Brasil: debates e desafios In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas**. [s/a]. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4findic-curso-texto.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2015.

Mapa da Bahia. Disponível em: www.infoescola.com. Acesso em: 10 de março de 2015.

Mapa de Feira de Santana. Disponível em: rmfeiradesantana.blogspot.com.br. Acesso em: 10 de março de 2015.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: VERAS, 1999.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 22ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. (2 volumes)

OLIVEIRA, Íris Maria de. Cultura política, direitos e política social. In: BOSCHETTI, Ivanete et al (Orgs.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira Pereira. Sobre a Política de Assistência Social no Brasil. In: BRAVO, Maria Inês Souza, PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira (orgs). **Política social e democracia**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p. 223-224.

_____. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo, Cortez, 2000.

RAICHELIS, R. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática**. São Paulo: Cortez, 1998.

RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral; SILVA, Thaís Gaspar Mendes da. A vigilância social na política de assistência social: uma aproximação conceitual. In: **Serviço Social em Revista**, 2013, v 15, n 2. Disponível: www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/download/.../13439. Acesso: 16.11.2014

RODRIGUES, Fabíola; BAENIGER, Rosana. Dinâmica da população e políticas sociais. In: BAENIGER, Rosana (Org.). **População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Campinas: Núcleo de Estudos de População- Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010. p. 30.

Rolim, Dayana Cury. **Efetividade do sistema de informação, monitoramento e avaliação da assistência social: Limites, Potencialidades e Desafios**. Manaus: UFAM, 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, 2009. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailObraForm.do?select_action=&co_obra=158920. Acesso em: 15 de abril de 2014.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: razão e emoção, técnica e tempo**. Editora Hucitec: São Paulo, 1996.

SARAVIA, Enrique. Introdução à Teoria de Política Pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAZI, Elisabete (organizadores). **Políticas Públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, 2006. p. 21-40.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Padrão de Proteção Social e a reforma das políticas sociais no Brasil**. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=7&cad=rja&uact=8&ved=0CEMQFjAG&url=http%3A%2F%2Fwww.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br%2Fsite%2Fdownload.php%3Fid_publicacao%3D51&ei=C8f1VLD2C_TesATW64GACQ&usg=AFQjCNEkyLJab9LRx_CMWcJX5nLtELqJDA. Acesso em 03.01.2015.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A política brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004

SILVA, Thais. **A Vigilância Social na Política de Assistência Social: análise dos aspectos conceituais e operacionais no âmbito municipal**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social - UEL, Universidade Estadual de Londrina, 2011.

SILVEIRA, J. I. Sistema único de Assistência Social: institucionalidade e práticas. In: In: BATTINI, O. (org.). **SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate**. São Paulo: Veras Editora; Curitiba, PR:CIPEC, 2007.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura**. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, Rodriane de Oliveira. Participação e controle social. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Orgs.). **Política social, família e juventude: uma questão em debate**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2006, p.167-188.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**, 8.ed. São Paulo:Cortez, 2003.

_____. **O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, nº 87, ano XXVI, p.96-122, 2006.

SPOSATI, Aldaiza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: **Concepção e Gestão da Proteção Social não contributiva no Brasil**. Brasília: MDS/UNESCO, 2009. p. 13.

TAPAJÓS, Luziele. A gestão da Informação em Assistência Social. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

VAITSMAN, Jeni. Monitoramento e Avaliação de programas sociais: principais desafios. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. UNESCO, 2009.

APÊNDICE: SOLICITAÇÃO



SOLICITAÇÃO

Ilmo. Prof. Ildes Ferreira

Secretário de Desenvolvimento Social do Município de Feira de Santana 27 de Março de 2014

Eu, Maria Inês Caetano Ferreira, CPF 047.515.258-16, sou professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB – vinculada ao Mestrado Profissional de Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social, em Cruz das Almas.

Nesse mestrado, sou orientadora de Rosângela Adorno Carneiro, que, além de minha aluna, é também vinculada a esta Secretaria. Rosângela desenvolve pesquisa sobre a gestão do SUAS, em Feira de Santana. Por esse motivo, venho solicitar a sua gentileza de acesso a documentos desta Secretaria para que Rosângela possa concluir sua pesquisa.

Eu e Rosângela nos comprometemos com a utilização científica e ética dos dados solicitados e, também, esperamos poder dar o retorno dos resultados para a Secretaria e outros órgãos do município, visando construir e fortalecer a relação entre a UFRB e o poder público de Feira de Santana.

Os dados solicitados são os seguintes:

Relatório de Gestão de 2013; Planejamento para 2013;

Relação dos profissionais que compõem o quadro da Vigilância Assistencial; Regulamentação de implantação da Vigilância Socioassistencial de Feira de Santana; Diagnóstico socioterritorial até 2013.

Desde já, eu e Rosângela agradecemos sua atenção e colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink that reads 'Maria Inês Caetano Ferreira'. The signature is written in a cursive, flowing style.

Maria Inês Caetano Ferreira

Matrícula 1814663

Email: inesferreira@ufrb.edu.br Cel 71.

8379.6473 e 75.9201.5024